III Legislatura
IV Sessão legislativa

Número: 93
20 de Janeiro de 1988

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIÁRIO
DA ASSEMBLEIA REGIONAL

Presidente: Deputado Reis Leite
Secretários: Jorge Cabral e Hélio Pombo (interino)

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 15.00 horas.

No **Período de Antes da Ordem do Dia** foi referida a correspondência tendo sido lido um requerimento apresentado pelos Srs. Deputados do Partido Socialista, José Manuel Bettencourt e Raimundo Mesquita.

Para tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região usaram da palavra os Srs. Deputados Gabriela Silva (PSD), Dionísio Sousa (PS) e José Decq Mota (PCP).

Na sequência das intervenções acima mencionadas intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados José Manuel Bettencourt (PS), Gabriela Silva (PSD), Carlos Mendonça (PS), José Ramos Dias (CDS) e Manuel Melo (PSD), bem como os Srs. Secretários Regionais do Comércio e Indústria, Costa Santos, e da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima.

No **Período da Ordem do Dia** deu-se continuidade à apreciação do **Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre o "Estatuto dos Deputados"** (a partir do artigo 4º).

Intervieram nos debates os Srs. Deputados José Decq Mota (PCP), Renato Moura (PSD), Dionísio Sousa (PS), Carlos César (PS) e Carlos Mendonça (PS), tendo o projecto sido aprovado por maioria.

Produziram declarações de voto os Srs. Deputados Carlos Mendonça (PS), José Decq Mota (PCP), Renato Moura (PSD) e Carlos César (PS).

Os trabalhos terminaram às 20,00 horas.

Presidente: Srs. Deputados, peço a vossa atenção para a chamada.

(Eram 15,00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, António Silveira, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Pacheco de Almeida, Flor de Lima, Gabriela Silva, Helder Cunha, João Bernardo Rodrigues, João de Brito, João Vasco Paiva, Jorge Cabral, Jorge Cruz, Jorge Magina, José Carlos Simas, Mário Freitas, Manuel Melo, Natalino Viveiros, Reis Leite, Renato Moura; **PS** - Carlos Mendonça, João Sousa Braga, Dionísio Sousa, Francisco Sousa, Hélio Pombo, Simas Santos, João Carlos Macedo, José Manuel Bettencourt, Paulo Teixeira, Manuel Serpa; **CDS** - José Ramos Dias; **PCP** - José Decq Mota).

Presidente: Estão presentes 34 dos Srs. Deputados. Declaro aberta a Sessão. As pessoas que

queiram assistir podem entrar.

Vamos passar ao nosso **Período de Antes da Ordem do Dia.**

Os Srs. Secretários vão fazer o favor de ler a correspondência.

Secretário (Hélio Pombo): Um ofício da Comissão Organizadora das "1ªs. JORNADAS ATLANTICAS DE PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE", remetendo o Programa das mesmas.

- Um ofício da Santa Casa da Misericórdia comunicando o resultado da eleição dos novos corpos gerentes desta instituição.

- Uma "Carta Aberta" do SINTAP (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública), cujo assunto é a "disparidade do custo de vida existente entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores, penalização de todos aqueles que aí trabalham".

Secretário (Jorge Cabral): Um requerimento dos Srs. Deputados do Partido Socialista, José Manuel Bettencourt e Raimundo Mesquita, do seguinte teor:

1. No mês de Março do ano de 1987, foi entregue na Mesa da Assembleia Regional dos Açores, por iniciativa de Deputados do Partido Socialista, ao Parlamento Regional, a seguinte Proposta de Resolução:

"Considerando que há já alguns anos se encontra instalada na Ilha Terceira uma estação de televisão norte-americana;

Considerando que a referida estação de televisão, funcionando no âmbito das FEUSAZORES, abrange com o seu emissor metade da Ilha Terceira, e deste modo abrangendo significativamente a população terceirense residente na área do Concelho da Praia da Vitória;

Considerando que, presentemente os cidadãos norte-americanos, em serviço na Base das Lajes, se encontram a residir um pouco por toda a ilha;

Considerando ainda, que, estando relativamente metade da Ilha Terceira, e como tal parte da população terceirense, abrangida pela referida estação de televisão, lógico se torna que a mesma seja extensiva à população residente na restante ilha, e que corresponde, de modo geral ao Concelho de Angra do Heroísmo;

Considerando, finalmente, que esta é, de há longa data, uma aspiração generalizada da população angrense;

Os Deputados do Partido Socialista, abaixo assinados, ao abrigo da alínea b) do artigo 20º do Estatuto do Deputado, apresentam a seguinte Proposta de Resolução: A Assembleia Regional dos Açores resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que este se predisponha e actue junto da Rádio televisão Portuguesa-E.P. no sentido de serem criadas as condições necessárias à viabilização, por parte das FEUSAZORES, ao aumento de potência do seu emissor de televisão, instalado na Ilha Terceira, com vista à cobertura integral de toda a ilha, por essa estação televisiva".

2. Em 2 de Abril de 1987, a Comissão Permanente para os Assuntos Sociais, da Assembleia Regional dos Açores, emitiu, por unanimidade, parecer favorável à referida Proposta de Resolução, sugerindo, no entanto, que o texto da resolução deveria ter o seguinte teor:

"A Assembleia Regional dos Açores resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que este diligencie junto da Rádio televisão Portuguesa-E.P., no sentido de serem criadas as condições necessárias à viabilização por parte das FEUSAZORES, ao aumento de potência do seu emissor de televisão, instalado na Ilha Terceira, com vista à cobertura integral de toda a ilha, por essa estação televisiva".

3. Na Sessão Legislativa de Junho de 1987, da Assembleia Regional dos Açores, a referida Proposta de Resolução foi presente para discussão e votação do Plenário e, apesar de ter sido objecto de discordância por parte do Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, Dr. Mota Amaral (conforme registo do respectivo Diário das Sessões), foi aprovada por uma maioria bem expressiva, porquanto somente recolheu o voto contra do Deputado do Partido Comunista, tendo os demais Deputados votado favoralvelmente.

4. Considerando, pois, que a Proposta de Resolução após a sua aprovação (o que se verificou com os votos favoráveis dos Deputados dos Grupos Parlamentares do PSD, PS e CDS) vincularam o Governo Regional dos Açores a dar cumprimento à deliberação do Parlamento, através da recomendação deste, para que o Governo Regional diligenciasse "junto da Rádio televisão Portuguesa-E.P., no sentido de serem criadas as condições necessárias à viabilização, por parte das FEUSAZORES, ao aumento de potência do seu emissor de televisão, instalado na Ilha Terceira, com vista à cobertura integral de toda a ilha, por essa estação televisiva";

5. Considerando o publicado num jornal local que terá contactado a entidade norte-americana sediada na Base das Lajes, esta está predisposta a encarar a possibilidade de concretização da cobertura integral da Ilha Terceira por aquela estação televisiva;

6. Considerando ainda, que o próprio Director do Centro Regional dos Açores da RTP em entrevista à RDP/Açores, se manifestou favorável à cobertura integral da Ilha Terceira pela emissão de televisão norte-americana da Base das Lajes;

7. Considerando, finalmente, que decorridos vários meses sobre a deliberação favorável desta Resolução, por parte da Asssembleia Regional dos Açores, desconhece-se o tratamento que o Governo Regional dos Açores terá tido em relação

à mesma:

Os Deputados do Partido Socialista, à Assembleia Regional dos Açores, José Manuel Bettencourt e Raimundo Mesquita, ao abrigo das disposições Estatutárias e Regimentais em vigor, requerem que, com a máxima urgência, lhes seja informado, pelo Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, Dr. Mota Amaral, o que se lhe aprover sobre a responsabilidade do Governo Regional referente à mencionada Resolução da Assembleia Regional dos Açores, posteriormente à data da respectiva deliberação.

Angra do Heroísmo, 14 de Janeiro de 1988.

Os Deputados do PS: José Manuel Bettencourt e Raimundo Mesquita".

Secretário (Hélio Pombo): Está presente o Diário da Assembleia Regional nº 84.

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais correspondência, passamos ao Período de Antes da Ordem do Dia destinado a tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região.

Para o efeito tem a palavra a Sra. Deputada Gabriela Silva, que era a última inscrição que havia na Mesa de ontem. Depois começaremos com as novas inscrições.

Deputada Gabriela Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Recém-chegada a este forum onde todos debatemos e procuramos resolver os problemas com que a nossa Região se debate, não ficaria de bem comigo mesma, nem com o povo das Flores, sejam eles meus eleitores ou não, se me esquivasse a levantar a voz para criticar a grave situação que se tem vivido naquela ilha com a dramática e absurda rotura de abastecimentos que se verificou e continua a verificar ainda em relação a uma série de produtos essenciais.

Desenganam-se os que pensam que pretendemos zurzir só o Governo, ou só os comerciantes, ou só o povo das Flores. Pretendemos fazer um levantamento tanto quanto possível sucinto e correcto da situação e apontar soluções que evitem, duma vez por todas, que casos desta natureza se voltem a verificar. Entendemos que só com este tipo de crítica construtiva poderemos resolver os nossos problemas colectivos. Não vale a pena chorar sobre o leite derramado. O que é necessário e urgente é pôr em prática "já" medidas acertadas e mesmo contundentes que evitem que situações semelhantes aconteçam.

A génese do problema da falta de géneros essenciais nas Flores é multifactorial. Ninguém tem culpa e todos têm culpa.

Sabemos que a pista das Flores vai ser aumentada mas isso não se faz de um dia para o outro. Vai-se avançar com a construção do porto, mas naturalmente que essa obra também vai demorar. E mesmo que os problemas da pista e do porto estivessem resolvidos, isso não quer dizer que uma situação grave de falta de géneros de primeira necessidade não pudesse verificar-se nas Flores.

Quanto ao porto sabemos que o mar destruiu o das Ribeiras do Pico, o de Vila do Porto em Santa Maria e até mesmo no continente o gigantesco molhe do porto de Sines construído com a mais alta tecnologia, foi escavacado por duas vezes.

Quanto aos aeroportos poderemos citar o caso de um amigo nosso que de uma vez esteve retido quatro dias na Terceira por impossibilidade de descolar na SATA para Santa Maria, aeroporto de destino. E estamos a falar dos maiores e melhores aeroportos dos Açores.

Poderá argumentar-se que estamos a falar de circunstâncias de excepção mas a verdade é que estes factos não são tão raros como isso. O clima dos Açores é extremamente caprichoso e ignorar esse facto é cometer um erro de palmatória.

Acompanhámos a par e passo os acontecimentos das Flores durante a nossa permanência em Ponta Delgada e as notícias que nos chegavam eram, no geral, deprimentes.

Casos mais flagrantes julgo serem do conhecimento geral - autocarros e outras viaturas encostadas às bermas por falta de combustível; obras paradas, professores e outros funcionários sem se poderem deslocar para os respectivos serviços, etc., etc..

Claro que ainda nos lembramos de só ter o navio de mês a mês e de não haver energia eléctrica. Mas não falamos do passado como lenitivo para esquecer ou desdramatizar os problemas do presente. Estamos em 1988 e tudo mudou para melhor na Região. Felizmente. Mas, por isso mesmo, temos o direito de ser exigentes e querer o melhor para todos.

Perguntar-se-á então: perante tudo o que ficou dito, o que fazer?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Achamos que, para além das medidas possíveis já adoptadas pelo Governo, há que pôr em prática outras. Medidas simples mas eficazes. E não esquecer de fiscalizar severamente o cumprimento dessas medidas, punindo de forma exemplar todos os prevaricadores.

Os comerciantes da ilha que adquirirem os stocks mínimos, medida que é apoiada pela Secretaria Regional do Comércio e Indústria, deveriam mantê-los durante o período que estão obrigados a tal por legislação regional.

Terá que haver um combate ao açambarcamento. Quando começar a faltar o açúcar não é justo vender um saco a uma família e deixar uma freguesia a chuchar no dedo.

É necessário criar formas de aprovisionamento de combustíveis de forma que certos serviços

não sejam afectados - funcionamento perfeito do hospital e ambulâncias, fornecimento de energia eléctrica e escolas, por exemplo, para só citar os casos mais flagrantes.

São necessárias igualmente campanhas de divulgação, informação e educação das populações sobre a maneira de optimizar os recursos disponíveis e como actuar em momentos de crise, sensibilizando-os para a ideia de que estão todos embarcados no mesmo navio e que a manterem-se muitas semanas as condições do mau tempo também chegará a hora de fome para os açambarcadores. Ou se salvam todos ou vão todos para o fundo.

As ideias agora adiantadas poderão parecer escassas. Mas outras surgirão certamente da minha e doutras bancadas. Para já, sem o aumento da pista, sem a construção do porto e sem a possibilidade prática de deslocar o Monte das Cruzes de modo a evitar os seus efeitos nefastos nas correntes ascendentes e descendentes sobre o nosso aeroporto não podemos pedir nem fazer milagres. Mas podemos, isso sim, se a vortade colectiva for forte e determinada, minimizar ou até evitar que, em invernos próximos não amaldiçoemos o facto de sermos florentinos.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD, PS e CDS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria para prestar esclarecimentos sobre a matéria que acabou de ser tratada pela Sra. Deputada Gabriela Silva.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Costa Santos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para esclarecer a Câmara de que concordo inteiramente com as palavras que a Sra. Deputada acaba de proferir.

Poderia dizer que, mais do que eu e antes do que eu, só os florentinos sentem na carne a situação que os efeitos do mau tempo provocado no abastecimento.

Também esclarecer a situação que surge do facto de o navio (e já tive ocasião de, pessoalmente, esclarecer alguns dos Srs. Deputados sobre esta situação) da Transinsular sem o prévio conhecimento do Governo - mas se tivesse pedido qualquer parecer, teria tido um parecer absolutamente favorável, pelo menos na parte que diz respeito ao abastecimento do comércio e indústria - ter iniciado exactamente o abastecimento pelas Flores e Corvo, antes de o fazer, como vinha sendo tradicional em Santa Maria.

Nada fazia prever que a invernia no mês de Dezembro fosse da extensão que foi.

Como é do vosso conhecimento, o barco esteve carregado, para abastecer Santa Maria, desde o dia 9 de Dezembro e esteve cerca de um mês praticamente sem poder fazer serviço naquela ilha.

Quanto aos bens essenciais, não há dúvida que, atempadamente, são determinados pelos comerciantes os valores que pretendem estabelecer e aí não é posto limite. Houve - tanto quanto foi posteriormente do nosso conhecimento - uma falta de abastecimento do fornecedor de acúcar nos quantitativos inicialmente pedidos, por questões que ainda não consegui apurar, mas que julgo que têm a ver com a inexistência de "stock" por falta, na altura, de produção de beterraba e de não estar ainda fabricado o açúcar produzido a partir de ramas importadas.

Quanto aos combustíveis, efectivamente a Sra. Deputada tem razão. Há que fazer um esforço no sentido de que pelo menos determinados abastecimentos para entidades essenciais estejam garantidos. Foi o que se procurou fazer, pedindo a cooperação da Marinha no transporte de gasóleo, que foi entregue para controle, à Federação dos Municípios, de forma a que fosse distribuído pelas entidades consideradas prioritárias, nomeadamente transporte público e iluminação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Pede também a palavra sobre esta matéria o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt. O Sr. Deputado vai usar da palavra para um pedido de esclarecimento?

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Exactamente, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Escutando com muita atenção e com aplauso a intervenção da Sra. Deputada Gabriela Silva e escutando também com muita atenção, mas neste caso sem aplauso (lamento), o esclarecimento do Sr. Secretário do Comércio e Indústria, gostaria de colocar um pedido de esclarecimento.

O facto da intervenção da Sra. Deputada Gabriela Silva ter incidido exclusivamente sobre a ilha das Flores, poderia dar a aparência de que se trataria de um caso localizado em termos de ruptura de abastecimentos relativamente a bens essenciais de consumo e, nessa medida, a resposta do Sr. Secretário com certeza que teria sido obrigatória.

A questão que eu coloco vai, porém, mais longe e tem a ver com a actuação e a intervenção do Governo Regional em relação à Região, que, como sabemos, é um conjunto de nove ilhas. Ora, nessa medida, se faltam determinados produtos, nomeadamente de alimentação e combustíveis, nas ilhas das Flores, do Corvo e de Santa Maria, a sensação que me fica é de que de facto essas ilhas sofrem da circunstância de estarem distanciadas dos centros do poder, e dos centros de decisão, mas o problema não se coloca só nessa perspectiva, porque, se de facto a ilha de Santa Maria e, no caso concreto, a ilha das Flores têm dificuldades de portos e portanto

dificuldades de comunicações marítimas e seria de "aceitar" essas lamentáveis situações, que de facto só quem as vive é que pode dar o verdadeiro testemunho de quem não tem combustível para se deslocar, de quem não tem determinados bens de alimentação, não são casos isolados. Eu recordo que, por exemplo, precisamente na quadra de Natal, a ilha Terceira, que não sendo propriamente uma das ilhas desprivilegiadas em relação ao Governo Regional, uma vez que está muito próxima dos centros de decisão, estando lá localizados os próprios centros de decisão, esteve à beira da ruptura em termos de combustível. E aí como é que se coloca a questão? - Já não é só a ilha das Flores, não é só a ilha de S. Jorge, não é só a ilha da Graciosa, não é só a ilha de Santa Maria, é também uma ilha com uma importância preponderante na Região - a ilha Terceira - e que esteve, em 24 horas de distância, à beira da ruptura de abastecimento de combustível.

Parece-me que aqui a única justificação é de facto uma falta de coordenação na execução governativa.

Gostaria que o Sr. Secretário Regional me pudesse esclarecer o que é que se passa no meio de tudo isto, na medida em que de vez em quando os açorianos se confrontam com falta de bens essenciais de consumo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Costa Santos): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Manuel Bettencourt:

Eu não quis alargar o meu esclarecimento ao caso da ilha das Flores que tinha sido posto pela Sra. Deputada Gabriela Silva, mas agradeço a oportunidade que me dá de esclarecer essa situação ou tentar fazê-lo.

A falta de combustível que quase se deu na ilha Terceira deveu-se um pouco a um alarme, que eu diria, injustificado, na medida em que a existência, segundo as informações que colhi, de combustível na ilha Terceira, no momento em que foi anunciada a falta do mesmo, era suficiente para o consumo normal de 3 a 4 dias - tempo considerado suficiente para que, mesmo com o mau tempo que fazia, o navio abastecedor fizesse o transporte para aquela ilha, o que afinal veio a ocorrer ao cabo de 24 horas, com condições de tempo que ainda talvez desaconselhassem a sua saída.

Por outro lado, é essa uma das razões por que também o Governo aprovou que o navio de transporte de combustíveis inter-ilhas dobrasse sensivelmente a sua capacidade isto é, em vez do navio que até aqui vinha fazendo - e com uma determinada capacidade - o transporte inter-ilhas, obrigando a uma frequência de viagens num ritmo em que eventualmente se poderia dar o caso que esteve para acontecer e que felizmente não se deu, tanto no que respeita à Terceira com às outras ilhas, à excepção das ilhas mais extensas, não pelo facto de estarem longe do poder (Santa Maria não está tão longe assim, pelo menos geograficamente, Sr. Deputado!), mas, sim, pelo facto dos seus portos não estarem ainda em condições de receberem os navios, o Governo abriu concurso e tem neste momento um navio com o dobro de capacidade, que lhe permite fazer o transporte de um modo mais racional e com uma capacidade acrescida que permitirá ultrapassar estas situações quando cada uma das ilhas estiver em condições de receber maiores quantidades. Isto para dizer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que, também nessa ordem de ideias, o Governo tem apoiado financeiramente as empresas e tem um programa para as apoiar no aumento da sua capacidade de "stockagem", o que por vezes não tem sido acompanhado das execuções dessa "stockagem".

Neste momento, na Terceira está de facto a concretizar-se esse aumento de capacidade, que permitirá fazer essa stockagem em maior quantidade e dir-lhe-ei mais: será a partir da Terceira que os Grupos Central e Ocidental serão abastecidos, poupando assim o período de uma viagem a partir da ilha de S. Miguel, com economia de tempo e também de custos.

Quanto ao Corvo e aos "stocks de segurança", efectivamente nós não nos substituímos aos senhores comerciantes e procuramos apenas suprir-lhes as necessidades.

Já tive ocasião aqui uma vez de explicar que se tentou na ilha do Corvo fazer um stock suportado integralmente pelo Governo e entregue à Câmara Municipal e o mesmo não foi utilizado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Gabriela Silva.

Deputada Gabriela Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era para prestar um esclarecimento, porque dá-me a sensação de que, digamos, em síntese, a minha intervenção poderá não ter sido devidamente entendida.

Eu não quis com esta intervenção, de forma nenhuma, fazer um crítica, que naturalmente não estou livre de fazer - eu posso fazer críticas ao Governo sempre que seja necessário, porque existe abertura para isso -, mas de facto não era uma crítica que queria fazer propriamente ao Governo. Eu estava a referir-me a casos de açambarcamento e estava sobretudo a chamar a atenção para esse facto.

Acontece que os stocks mínimos por vezes não têm sido respeitados e os comerciantes da

ilha acabam por vender os stocks antes da altura em que eles de facto fazem falta, que é o caso da época de inverno. E também há casos de açambarcamento verdadeiramente dramáticos, como seja, o que aconteceu aqui a uns meses atrás, do navio chegar às Flores e antes do mesmo partir já não haver gasolina nas bombas. Isto significa que há gente que açambarca.

É claro que as pessoas têm uma desculpa para isto - e uma desculpa muito significativa e muito simples - que é, de vez em quando, ficarem em situações de ruptura e então açambarcam pelo medo de ficarem sem nada, mas o que temos que fazer - e era aquilo que eu procurava dizer na minha intervenção - é educar as populações de forma a que não haja açambarcamento e o Governo terá que ter em conta este facto, metendo nas Flores a carga suficiente para que as pessoas não tenham necessidade de recorrer a este processo para se abastecerem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria:

O tema que a Sra. Deputada Gabriela Silva trouxe hoje a esta tribuna é indiscutivelmente um tema que, como é lógico, não me pode deixar impune, por diversíssimas razões. Recordo que já o abordei vastas vezes nesta Câmara.

Na ilha Graciosa, não obstante o espectro que hoje se vive nessa matéria seja de facto diferente do que já se viveu a alguns anos a esta parte (é um facto - o Governo fez aquilo que lhe competia: construiu o porto; minimizou indiscutivelmente o problema do abastecimento de bens de primeira necessidade em grau considerável, embora não totalmente) há ainda muito a fazer.

Este ou outro Governo o que tem é que cumprir com os seus deveres, porque para isso é que são Governo, e não tem que se beijolar o Governo por fazer o que quer que faça - é o cumprimento do seu dever.

Mas, face a esta nota préambular, há de facto uma questão que eu desejaria colocar e gostaria de ouvir, se possível,a opinião de V. Exa..

Eu recordo que, já há alguns meses, fiz um requerimento a V. Exa. no qual perguntava o motivo (e também na última estadia do Governo na Graciosa, quando da sua reunião de trabalho na Câmara Municipal, coloquei o mesmo problema) porque a Graciosa continuava - e continua, tanto quanto sei (pelo menos há uma semana fui abordado por algumas pessoas nesse sentido) - sem gasolina normal.

V. Exa. aduziu-me na altura alguns elementos que considerava pertinentes para a inexistência, mas disse-me também que - se não me falha a memória - a curto prazo o problema seria ultrapassado.

Eu recordo que (não usando a crítica, não usando o açambarcamento, porque aí o que se usa é a inexistência) é um bem que, enfim, se não é de primeira necessidade é de segunda, mas correlativamente com ele estão outras necessidades também em causa - basta lembrar as máquinas ou alfaias agrícolas, que, por exigência das suas condições e do seu sistema de engrenagens e de funcionamento, é mais aconselhável que trabalhem com gasolina com "X" octanas e não com "Y" octanas; e as motorizadas, que circulam (para bem ou para mal) em número considerável, as quais também é desejável que utilizem gasolina normal.

Já sei que não pode ser transportada em grandes quantidades; já sei que de facto o que acontece é que o depósito está a apodrecer no sítio onde se encontra, porque já lá estive a observar, e não existe o combustível.

Muito objectivamente, face a toda esta nota preambular - chamemos-lhe assim -, eu pergunto qual é o ponto da situação, por continuar-se já quase há um ano (se não ultrapassar) sem gasolina normal na ilha.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado pede também a palavra para formular pedidos de esclarecimento?

(Afirmativa do Sr. Deputado José Ramos Dias)

Presidente: Então, tem a palavra para pedir os esclarecimentos que entender e depois o Sr. Secretário responderá a ambos.

Deputado José Ramos Dias (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com muita atenção a intervenção, relacionada com este assunto, feita pela minha colega Deputada Gabriela Silva e aplaudi. Aplaudi no sentido de que tinha sido uma denúncia às carências que se verificam e que todos nós sentimos e repudiamos, mas já não estou assim tanto de acordo - e era sobre isto que queria pedir-lhe um esclarecimento a seguir - na medida em que ela denuncia o açambarcamento. É o açambarcamento, digamos, justificativo das situações que as pessoas sentem.

Ainda há poucos dias, perguntei aqui quem era o responsável pela fiscalização dos stocks mínimos e nunca obtive resposta.

Eu vivo há muitos anos nas Flores e todos os anos se repete a mesma situação. E eu perguntava: Quem está tão habituado a passar necessidades deve ou não ter o mínimo dos mínimos para a sua subsistência? O que eu queria perguntar à Sra. Deputada era se ela tem alguma solução para responder à falta de esperança daquela gente e quais são as medidas que têm sido tomadas, principalmente na fiscalização dos stocks mínimos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria para responder aos pedidos de esclarecimento que o Sr. Deputado Carlos Mendonça fez.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Costa Santos): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Mendonça:

Anotei e vou procurar ultrapassar o erro de, de facto, não ter respondido ao requerimento de V. Exa. pelas vias legais.

Vou indagar sobre a situação do mesmo e ele será efectivamente respondido.

Peço desculpa da falha deste ou doutros requerimentos que possam não ter sido respondidos.

Relativamente ao caso da gasolina normal, o problema que se põe é que se caminha de facto para o desaparecimento deste tipo de gasolina. Portanto, indicando a gasolina normal com um índice de octanas superior que corresponderá sensivelmente ao actual índice de octanas da gasolina super, passando a haver um outro tipo de gasolina sem chumbo, com um índice de octanas superior, esse sim, passará a ser a gasolina tipo especial.

Este é de facto um problema comercial da empresa distribuidora que ultrapassa o nível do Governo, na medida em que aí o Governo tem transmitido os pedidos às empresas distribuidoras, tem transmitido os argumentos e não se coíbe de o fazer e de apoiar - mas efectivamente há determinadas coisas que, no meu entender, não lhe competem fazer.

De qualquer modo, o argumento base está nesta situação. Todavia, tem que se começar a preparar - e isto não se verifica exclusivamente na Graciosa - para que o índice de octanas da gasolina considerada hoje normal seja superior.

Dizem-me tecnicamente - e tenho que o aceitar como tal - que na realidade não é tão prejudicial, como alguns pretendem afirmar, a existência de um índice de octanas mais alto para esse tipo de máquinas agrícolas ou de pequenos transportes que dizem necessitar exclusivamente de gasolina normal.

E é só isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Gabriela Silva para também prestar os esclarecimentos que lhe foram pedidos.

Deputada Gabriela Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Ramos Dias:

O colega dirigiu-se exactamente a mim e eu não poderia deixá-lo sem resposta.

Mas o que é facto é que não me apetece responder-lhe e isto por um motivo muito simples: o colega fez a pergunta ao Governo uma vez: não lhe responderam. Eu desejaria que o colega voltasse a perguntar isso ao Governo numa daquelas lindíssimas intervenções com que nos delicia. E porque o meu prazer de ouvi-lo é superior ao prazer de lhe responder, sugiro-lhe que faça uma intervenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que o assunto que a Sra. Deputada do PSD, Gabriela Silva, trouxe ao Parlamento é suficientemente sério para que esta Câmara possa gastar ainda mais alguns momentos no debate dessa questão. E quando eu digo que é demasiadamente sério é porque não restam dúvidas de que há sectores da população dos Açores, localizados em determinadas ilhas, que, ciclicamente ou periodicamente, se veêm confrontados com falta de bens essenciais de primeira necessidade.

Não tenho dúvida absolutamente alguma e farei questão em reler a sua intervenção de que ela contém de facto uma grande carga crítica em relação a essa questão.

Julgo que a Sra. Deputada tem razão e não precisa ficar preocupada no sentido de vir justificar que a crítica não é para o Governo, porque toda a gente sabe que a Sra. Deputada é um membro do partido que apoia o Governo.

Quando a Sra. Deputada constata que há circunstâncias tão graves que põem em causa o nível de vida das populações, a Sra. Deputada toma a palavra no uso, aliás, das suas competências Essa liberdade e independência a que aludiu, só lhe fica bem, Sra. Deputada!

Não restam dúvidas de que o nível de vida das populações, onde quer que elas se encontrem neste Planeta são uma consequência fundamentalmente directa dos respectivos Governos. Se o nível é bom o mérito é obviamente do respectivo Governo; se o nível é mau, com certeza que a responsabilidade é também do respectivo Governo. E é aqui que se deve colocar a questão de fundo: - Qual é a política real do Governo dos Açores, da responsabilidade do PSD, perante uma Região territorialmente dispersa, em relação aos bens essenciais de consumo?

Em tempos o Governo levantou a bandeira dos stocks mínimos e disse "agora jamais voltará a haver rupturas de abastecimento", mas, passados vários anos, continuamos com essas mesmas situações.

Portanto, eu gostaria de saber - da parte do Governo - qual é o projecto concreto deste Governo para tentar suprir tanto quanto possível situações lamentáveis desta ordem: de pessoas que querem comprar gasolina para se deslocarem para os seus postos de trabalho e a mesma não existe, de pessoas que querem farinha, açúcar ou pão e não têm. E isto vem a acontecer nos Açores; não é noutra parte qualquer - é nos

Açores!

Quanto às palavras da Sra. Deputada Gabriela Silva, eu fiquei de facto perplexo, porque pensava que a sua crítica tinha sido feita em relação ao Governo e na sua segunda intervenção a Sra. Deputada disse que não era uma crítica em relação ao Governo mas, sim, em relação aos açambarcadores.

Desculpe Sra. Deputada que lhe diga, mas o açambarcamento só acontece quando as populações vivem situações de insegurança e quando se vive situações de crise. É sempre assim; sempre assim foi e sempre assim há-de ser! Que o Governo não tenha hipóteses de poder conter o açambarcamento, eu estou de acordo. O Governo não pode impedir que as pessoas vão comprar para além daquilo que necessitam, obrigando-as a comprar menos, de forma a que dê para todos. É um fenómeno incontrolável.

Agora, que o Governo tem a obrigação de criar as condições de segurança para que as pessoas não sintam necessidade de ir para o açambarcamento, aí, penso que o Governo tem essa responsabilidade.

Portanto, se a Sra. Deputada fez uma intervenção que não foi crítica em relação, no caso concreto da ilha das Flores, à acção governativa, mas, sim, em relação aos açambarcadores, eu terei que concluir que a Sra. Deputada, teve então uma intervenção crítica em relação aos florentinos ou então da parte dos florentinos - aqueles que a Sra. Deputada disse que são açambarcadores.

Penso que esse não é o caminho correcto para resolver o problema quer dos florentinos quer da população dos Açores, que periodicamente se vê confrontada com a falta de bens essenciais de consumo e gostaria que o Governo dissesse qual é de facto a sua política para tentar minimizar, de uma vez por todas, estas situações que, periodicamente, vêm sempre a acontecer e que o Governo diz, em cada vez que acontece, que nunca mais irão acontecer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Costa Santos): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Manuel Bettencourt:

Julgo que - numa das anteriores intervenções - já terei dado a indicação qual é a política do Governo, que aliás já é do conhecimento de V. Exas..

Relativamente à política dos chamados "stocks de segurança", eu já anunciei aqui, quando foi apresentado o Plano para 1988, que nalgumas das ilhas este era um programa que estava a terminar, por razões óbvias - de se tornarem desnecessários -, e que acabariam a pouco e pouco, à medida em que os postos de abastecimento normal se viessem a concretizar.

É um facto que nas ilhas em que existem portos, como são os casos da Graciosa, de S. Jorge ou do Pico, os problemas de abastecimento não se têm posto com a acuidade que anteriormente se punham. Tudo isto melhorou - é uma realidade que me parece que é absolutamente incontestável.

Com respeito aos "stocks mínimos", eu queria dizer aqui que - face à sua pergunta de "o que é que o Governo tem feito para melhorar essa situação" - o Governo tem vindo de facto a aumentar o volume do apoio, não só pelos custos, mas também pela maior procura, o que também indica, no meu entender, um aumento da melhoria do nível de vida e, portanto, de um maior consumo - o qual, aliás, me congratulo -, que tem sido o objectivo do Governo dos Açores nestes últimos anos. Ora, essa melhoria provoca maior consumo em todos os bens, nomeadamente nos essenciais, e o Governo tem aumentado o valor do suporte dos stocks de segurança, que mais não são do que o suporte integral do juro do dinheiro empatado nesses stocks. Isto quer dizer que todos os senhores comerciantes, naqueles bens essenciais que lhes estão destinados, podem fazer o empate nesses bens sem qualquer custo. É esta a política do Governo.

No que respeita aos combustíveis, também por efeito do aumento do nível de vida e das condições de vida, o consumo tem aumentado. Há mais viaturas; há mais transportes públicos; há mais transportes de estudantes; há mais energia consumida.

A política do Governo tem sido no sentido de apoiar o aumento da capacidade de armazenagem nas várias ilhas por quem tem a responsabilidade de fazer o abastecimento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Melo.

Deputado Manuel Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu tenho visto aqui, desde há longa data, serem discutidos os programas de apoio do Governo concernentes aos stocks nas ilhas pequenas. Simplesmente, eu nunca ouvi ninguém dizer por que é que os stocks mínimos falham. Não é porque o Governo não apoie, mas, em muitas das ilhas, por exemplo em Santa Maria, é porque os agentes desse sector não querem assumir responsabilidades.

- Vejamos o caso da "Shell" em Santa Maria, no que respeita ao abastecimento de gasolina: Neste momento, tem possibilidade de stockagem de 400 mil litros de gasolina e já tinha 30 mil litros em cada bomba, simplesmente, os agentes

distribuidores não a pediam.

- Vejamos o caso da "Shell" relativamente ao abastecimento de gás: - Temos um stock permanente de 2.300 garrafas em Santa Maria, que só rodam quando falha o stock; o de Gascidla falha cada semana porque o agente não quis entrar no esquema de stocks mínimos.

Portanto, a culpa não é da ineficiência do Governo no estabelecimento dos stocks mínimos; é da ineficiência dos comerciantes que não pedem as quantidades que precisam. Se Santa Maria precisa de 500 sacas de açúcar por mês, pedem 50; se precisa de 400 toneladas de adubo ou de rações, pedem 120 e portanto não se pode atacar o Governo em relação aos stocks mínimos se as pessoas intervenientes não beneficiam do esquema que foi montado e daí que haja rupturas.

Era só.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Gabriela Silva.

Deputada Gabriela Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Manuel Bettencourt:

Não posso deixar de fazer uma curtíssima referência à sua intervenção porque o senhor faz-me uma acusação e eu não posso de maneira nenhuma ficar calada perante essa acusação.

O senhor diz que eu não estou interessada com as pessoas das Flores o que não é verdade.

Eu também não lhe disse que o Governo estava isento de críticas. Na minha intervenção falava de açambarcadores porque nem toda a gente nas Flores se pode dar ao luxo de ser açambarcador - só quem tem dinheiro; quem pode ir às bombas de gasolina encher um monte de depósitos e levá-los para a sua garagem. Ora, aqui neste caso até não me parece que seja estar contra o povo das Flores: é estar a favor do povo das Flores e é estar contra um certo e determinado número de pessoas que têm possibilidades de açambarcar, porque nas Flores nem todos têm essa possibilidade.

Era só isto que eu queria esclarecer ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Meia dúzia de pessoas é que açambarcam!

Presidente: Srs. Deputados, já não há mais inscrições sobre esta matéria, de forma que tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem-se preocupado, repetidamente e vivamente, nesta Assembleia com os problemas ligados à educação, nomeadamente um problema fundamental, que todos nós sentimos (sabemos pelos números e pela experiência pessoal) que é um problema premente - o problema do analfabetismo e, embora nunca tendo chegado à ousadia de propôr o que já apareceu num programa de um partido que hoje é Governo nesta Região e radicá-lo em 4 anos, sempre apresentou - e lembraria apenas como o último exemplo, a dicussão do Plano e do Orçamento - propostas concretas para se avançar na resolução deste problema.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista nunca pensou que tivesse que combater o analfabetismo directamente desta tribuna, mas efectivamente parece que é o que tenho que fazer hoje em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista: combater o analfabetismo político; combater o analfabetismo jornalístico; combater o analfabetismo gramatical ou sintático.

Vem isto a propósito de um facto que me ocorreu esta manhã (a outros terá ocorrido noutra hora). Efectivamente, por acaso, ouvi esta manhã a revista de imprensa da RDP e, num dos noticiários matinais da mesma, um dos títulos que foi referido nessa revista de imprensa dizia: "Deputados Regionais podem receber 200 contos por mês". A informação limitou-se a essa grande parangona e, na altura, eu pensei "é natural que sim, se lhes sair o totobola, se jogarem no totoloto, ...

Deputado Fernando Faria (PSD): No "raspa"!

O Orador: ...se rasparem com uma moeda nalgum sítio", admitindo que até estivesse por detrás dessa informação uma confusão relacionada, não com esta Assembleia, não com esta Região, mas com outra.

Para minha surpresa e para espanto do Grupo Parlamentar do PS, posteriormente, tive acesso à fonte que originaria esse grande título. Essa fonte, que eu passo a citar religiosamente, dizia: "Os Deputados à Assembleia Regional dos Açores podem receber 200 contos por mês, com base nas alterações ao seu estatuto, por proposta do Partido Socialista, e aprovado pelo Parlamento Regional."

Este era o primeiro parágrafo do artigo do enviado especial do "Açoriano Oriental" de Quarta-Feira, 20 de Janeiro de 1988.

Estava explicado o mistério: era a proposta do Partido Socialista que, nas alterações ao Estatuto, propunha este chorudo aumento e esta choruda remuneração de "200 contos por mês".

Há neste primeiro parágrafo várias coisas curiosas e que traduzem de facto algum analfabetismo. Diz-se que o diploma está "aprovado pelo Parlamento Regional" - efectivamente vamos continuar a discuti-lo hoje -; diz-se que são as alterações contidas na proposta do Partido Socialista. Todos nós temos conhecimento dessa proposta e por mais voltas que lhe demos não encontramos nenhuma ligação com esse aumento, mas, porfiando um pouco mais, podemos tentar ver onde é que o enviado especial do "Açoriano Oriental" terá

encontrado fundamentos para esta versão.

Diz-se, a seguir, que "as alterações ao estatuto do deputado regional prevêem que estes possam ter o mesmo estatuto remuneratório dos deputados à Assembleia da República."

É fácil de concluir que se trata do único artigo que efectivamente, no Estatuto dos Deputados, tem alguma relação com a remuneração dos Deputados.

Convirá esclarecer, para o jornalista em questão, para o jornal em questão, para que as pessoas dêem alguma atenção ao que se passa na Assembleia e dêem alguma atenção ao jornal em questão, que o que se passa é efectivamente muito diferente. Algumas coisas são efectivamente alteradas, outras são apenas acolhidas nessa legislação que é específica do Estatuto dos Deputados, portanto, que, fundamentalmente, acolhe legislação até provinda de outros diplomas. E o que se passa com esta situação. Este artigo 15º, que diz que "a Assembleia Regional adaptará, em função do interesse específico da Região, o estatuto remuneratório dos deputados à Assembleia da República aos deputados àquela Assembleia", resulta apenas da trnscrição neste diploma de legislação anterior que tem a sua origem na revisão constitucional de 82, onde se diz que "o estatuto do titulares dos órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas é decidido nos respectivos estatutos prolítico-administrativos". Ora, em 86 e 87 esta Assembleia fez isso - no artigo 31º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

É evidente que esta disposição não tem qualquer consequência prática, não tem qualquer efeito no vencimento dos Deputados, mas, além disso, deturpa-se o próprio sentido dela, porque não se diz em lado nenhum que é o mesmo estatuto remuneratório dos deputados à Assembleia da República, diz-se, sim, que a Assembleia Regional adaptará às condições específicas regionais. É efectivamente isso que se passa.

Neste artigo (continuarei a chamar-lhe assim; não poderei chamar-lhe outra coisa), depois de no 3º parágrafo finalmente se acertar nalgumas coisas, o que para um terceiro parágrafo de um enviado especial não é especial brilharete, acrescenta-se no 4º parágrafo que "Os serviços de contabilidade da Assembleia da República disseram ao "Açoriano Oriental" que o aumento das remunerações dos deputados é de 60 por cento, o que equivale a 202 contos, **ordenado que também passará a ser dos deputados à Assembleia Regional dos Açores.**".

Não podemos deixar de sublinhar este requinte informativo de o enviado especial do "Açoriano Oriental" não ter conseguido informar-se sobre o conteúdo e o alcance do nosso diploma, mas ter conseguido chegar ao contacto com os serviços de contabilidade da Assembleia da República, atribuindo-lhes a capacidade para efectuar alterações ao aumento dos deputados no montante de 60%, dizendo-se imediatamente, contra aquilo que efectivamente acontece, porque, como toda a gente sabe - como sabem os Deputados, mas podem não saber os leitores do "Açoriano Oriental" dignamente representado naquela bancada da imprensa -, que a adaptação que foi feita em 10 de Abril de 87 e publicada no Diário da República de 24/06/87 não diz efectivamente que a remuneração é a mesma. Há efectivamente uma diferença, que corresponde à diferença entre a letra A e a letra B dos vencimentos do funcionalismo público.

Depois de, nesse artigo, se citarem alguns números que, matematicamente, aritmeticamente estão certos, mas que partem efectivamente do mesmo pressuposto errado que facilmente poderia ter sido esclarecido, que é o facto de os aumentos e a aplicação à Região do estatuto remuneratório às condições específicas da Região ter já, neste momento, quase um ano, diz-se que "A proposta de alteração ao estatuto do deputado regional retoma a incompatibilidade entre o gestor público e o cargo de parlamentar, mas o artigo do Partido Socialista foi retirado pelo PSD, alegando que estas incompatibilidades já estão definidas."

Efectivamente há aqui uma forma de funcionamento interpartidário que esta Assembleia desconhece, bem como qualquer parlamento.

O PSD não retira artigos do PS e os enviados especiais, que já têm alguma carreira como tal nesta Assembleia, já tiveram tempo, oportunidade e momentos mais do que suficientes para se aperceberem de que não há partido que retire propostas de outro partido, mas, sem nós sabermos, isso efectivamente aconteceu para o público que lê esta versão telenovelística do que se passa na Assembleia Regional.

Diz-se ainda mais: "Uma inovação da proposta de alteração socialista e aceite pelo PSD é a possibilidade dos deputados regionais, durante o ano, poderem fazer deslocações para fora da Região."

É evidente que aqui o PSD é que se pode sentir prejudicado, porque parece que isto não vai ser aceite pelo mesmo. Aqui o jornalista arma-se em profeta, mas nem mesmo como profeta consegue o mínimo de resultados.

Presidente: Sr. Deputado, é só para lhe dizer que falta um minuto.

O Orador: Curiosamente - e convém ter em conta esta sugestão porque vamos discutir isso daqui a pouco -, diz-se que "O estatuto do deputado regional prevê a institucionalização de um cartão de identidade e outro de imunidades, direitos e regalias dos deputados passado pelo centro de identificação civil e criminal."

(Risos da Câmara)

Esse artigo não foi discutido ainda. Esse texto e essa sugestão não consta nem da proposta do PS, nem da proposta da Comissão e das propostas a que tenho tido acesso também não vejo isso lá, mas talvez seja uma proposta a ter em conta quando passarmos à discussão deste artigo.

Para remate e para não exceder o tempo, nem causar mais alguns incómodos estomacais a ninguém, eu referiria a parte final deste belo exemplar do que não deve ser o jornalismo: "Para a sessão de ontem, o Parlamento Açoriano agendou ainda o debate e aprovação da conta do Parlamento de 1986, cujo parecer do Tribunal de Contas apresenta algumas anomalias...

(Risos da Câmara)

O Orador: ...com algumas das quais a Secção Regional não concorda.

Uma das anomalias aceites pela Secção Regional do Tribunal de Contas é que a conta de depósitos à ordem da Assembleia deve estar na Caixa Geral de Depósitos e não no Banco Comercial dos Açores, como acontece actualmente."

Eu lia apenas as três linhas do Acórdão do Tribunal de Contas que aí vem referido como "parecer" com "anomalias", em que umas são aceites e outras não - são caprichos das contas do Tribunal que é de Contas por acaso, mas que diz exactamente o contrário daquilo que o jornalista percebeu (é analfabetismo efectivamente!):

"Afastada a obrigatoriedade das autarquias locais depositarem os seus fundos na Caixa Geral de Depósitos por este regime ser incompatível com a sua autonomia, por maioria de razão (o jornalista entende que é por minoria de razão) seria aberrante aplicar tal condicionalismo às regiões autónomas".

Para rematar - e não fazendo mais transcrições - eu chamava a atenção da Mesa da Assembleia para esta situação e para os poderes que a resolução desta Assembleia lhe permite em relação aos jornalistas que fazem versões, fabricam notícias e conseguem ter parangonas sensacionais, com prejuízo da Assembleia, do jornalismo, da Região e da democracia.

Disse.

Vozes do PSD: Muito bem!

(Aplausos do PSD, PS e PCP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A evolução da economia regional nos últimos anos tem-se complicado, como todos sabemos, ao ponto de hoje se poder e dever dizer que estamos numa grave crise de perspectivas quanto ao futuro da nossa pequena economia.

Bem recentemente, em sede de discussão do Orçamento, estas questões foram aprofundadamente debatidas nesta Assembleia e não pretendo, neste momento, repetir a análise que desenvolvemos sobre a matéria.

Gostaria sim de salientar que a análise da conjuntura económica, a definição de políticas de intervenção na economia, a elaboração de medidas com repercussão na vida económica, são indissociáveis da ponderação das estruturas económicas que se tem ou das que se desejam ter.

De facto quando aqui discutimos diplomas como a Lei de Orientação Agrícola, como os diversos Decretos Legislativos que definem incentivos, etc., o que está, sempre, em causa é o tipo de estrutura económica que se quer.

Quando o Governo Regional anuncia que vai alienar em favor da iniciativa privada as suas participações em empresas e sectores que vultuosos investimentos públicos viabilizaram o que continua a estar em causa é a estrutura que se quer para a economia.

A organização estrutural da nossa economia assenta na coexistência dos sectores públicos, privado e cooperativo. Na culinária há muitas formas e percentagens de misturar os ingredientes. Também nesta matéria há muitas formas e percentagens de correlacionar o peso relativo de cada um dos sectores.

O mal está quando se pretende tratar o assunto como quem faz a conhecida **sopa de pedra** onde tudo é importante menos a pedra.

Na estrutura da nossa economia o poder pretende que a pedra sejam os sectores público e cooperativo e que os ingredientes decisivos seja a iniciativa privada, mas apenas aquela que tenha grande dimensão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As breves considerações que acabei de fazer destinam-se a dar suporte a uma ideia que reputo de extrema importância: Para que a nossa pequena economia não seja, cronicamente, uma débil economia, há que trabalhar e actuar no sentido do sector cooperativo vir a ter, no contexto regional e na sua correlação com os outros sectores, um peso muito maior e uma intervenção muito mais decisiva por forma a que na definição do produto regional e na distribuição dos rendimentos o seu contributo seja muito mais vultuoso.

Não são apenas ideias e conceitos de natureza económico-filosófica que determinam a apresentação e a defesa desta questão.

Se pensarmos na estrutura da nossa sociedade, na distribuição da propriedade agrícola, na dimensão das nossas comunidades, na tremenda dificuldade que a limitada quantidade das produções introduz na procura e na obtenção de mercados e se pretendermos que as modificações estruturais que são necessárias ao desenvolvimento da economia

assentem numa **vertente determinante** de justiça social então teremos que concluir que o desenvolvimento do cooperativismo é indispensável ao progresso económico desta Região.

Os que não querem aceitar esta perspectiva e esta necessidade dirão que o individualismo, os hábitos, as tradições, a maneira de ser das populações impedem essa perspectiva. Dirão isso e mais mas sem qualquer rigor sociológico e histórico e apenas com o desejo de limitar o necessário desenvolvimento económico do sector cooperativo regional.

O recente I Congresso Cooperativo Regional realizado em 30 e 31 de Outubro e 1 de Novembro do ano transacto, na Terceira, com participação massiva de respresentantes de Cooperativas Regionais, demonstrou, a par de outros aspectos, que o sector cooperativo regional tem pernas para andar, desde que seja apoiado, numa perspectiva muito mais ampla e geral do que até à data tem sido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da análise das conclusões do já referido I Congresso Cooperativo Regional é possível diferenciar em 3 grandes níveis as preocupações manifestadas pelos congressistas.

Num primeiro nível os cooperativistas reunidos em congresso consideram aspectos da organização própria e interna do Movimento Cooperativo que passam pela necessidade de serem repensadas as suas próprias estruturas, numa perspectiva de alargamento e consolidação de influência social e económica.

Um segundo nível de preocupação evidenciado pelas conclusões do Congresso pode classificar-se como sendo o de relacionamento do Movimento Coperativo com os órgãos do poder regional sendo de sublinhar muito especialmente a conclusão em que se afirma (e passo a citar) "não se desejam apoios conjunturais mas sim definições precisas dos objectivos pretendidos e dos meios postos à disposição do sector para os alcançar".

É igualmente de sublinhar a conclusão que considera o IRASC como um veículo dinamizador do progresso do Cooperativismo Regional e na qual se insiste na necessidade desse Instituto Regional ser dotado de todos os apoios e meios necessários à prossecução desses objectivos.

Assume grande relevância neste contexto a pretensão do Congresso que estruturas (e passo novamente a citar) "como são as que indevidamente pertencem ao IACAPS, sejam transferidas para o Movimento Cooperativo .... beneficiando os agricultores em geral".

Os congressistas, no preâmbulo do documento de conclusões, demonstraram a lucidez que lhes permite ter presente que o ideário "cooperativo comporta inequivocamente, uma grande disponibilidade para cooperar com outras formas de associativismo".

Tal questão, de grande importância, tem que ser entendida e ponderada por todos aqueles que, na área do poder, para limitar a expansão das cooperativas, apressam-se a afirmar a incompatibilidade desse modo de organização com outras formas de associativismo....

Um terceiro nível de questões levantadas pelo Congresso situa-se na área do relacionamento do sector cooperativo com a sociedade em geral e da interligação existente entre as diversas políticas: As questões dos transportes, as questões de formação cultural, cooperativa e profissional, as questões do aproveitamento dos incentivos nacionais e da CEE existentes para o sector, situam-se nesta área.

O I Congresso de Cooperativas dos Açores espera ainda, legitimamente, de todos os responsáveis **palavras e actos** que permitam o progresso do sector.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As palavras que os cooperativistas esperam são fáceis de dizer. Os actos que os cooperativistas anseiam dependem da vontade política concreta que possa ou não existir.

Na opinião da Organização Açoriana do PCP há que canalizar muito maiores esforços e meios humanos e financeiros para incentivar a criação de cooperativas de produção e divulgação cultural, comercialização, consumo e crédito.

Não se trata apenas de apoiar aquilo que existe, num ou noutro sector da produção. Trata-se sim de possibilitar o crescimento concreto e seguro de toda a actividade cooperativa como forma privilegiada de, promovendo o envolvimento dos cidadãos na economia e na sociedade, conseguir que os resultados das actividades económicas sejam repartidos e fruídos com maior justiça.

O sector cooperativo dos Açores beneficia hoje 23.000 cooperantes. É um número talvez mais expressivo do que alguns desejariam, mas é um número ainda pequeno para as necessidades desta sociedade.

O desenvolvimento e coexistência harmoniosos dos sectores público, privado e cooperativo implica uma política de boa gestão do primeiro, de justo incentivo à modernização do segundo e claríssimo esforço para a promoção do terceiro.

Temos, infelizmente, assistido a uma política de má gestão a alienação do sector público, de irracionais e imediatistas incentivos apenas a uma parte do sector privado, e de apoio limitado, insuficiente e pouco convicto a uma parte dos cooperativistas.

Ao saudarmos, em nome do PCP, da tribuna

desta Assembleia Regional o 1º Congresso Cooperativo Regional procuramos sublinhar a importância que o cooperativismo tem que ter nesta nossa sociedade e procuramos, ainda, contribuir para que os órgãos de Governo próprio desta Região repensem, urgentemente, muitos aspectos das políticas, das práticas e das omissões que têm adoptado e cometido em relação a este sector.

Disse. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu pedi a palavra para fazer algumas observações acerca da intervenção do Sr. Deputado Decq Mota.

Estamos de acordo, Sr. Deputado, que o sector cooperativo é necessário, é indispensável, é importante e deve ser tratado de uma forma especial.

Queria dizer ao Sr. Deputado que é isso que o Governo tem feito.

Podia fazer aqui uma longa intervenção acerca das decisões tomadas - e falo por exemplo do sector cooperativo relacionado com o sector primário - no sentido de levar as cooperativas a fortalecerem-se, a terem uma economia capaz, a não atravessarem situações financeiras difíceis.

Não me coloco na situação, que julgo que o Sr. Deputado evocou, de que não se faz mais porque o individualismo das pessoas não deixa e como tal as medidas que o Governo pode preconizar não avançam. Não me desculpo nessa situação, nem sequer invoco esse aspecto para reafirmar-lhe que é esse o caminho do Governo: apoio às cooperativas; tentar fazer com que elas se fortaleçam, etc., etc.. E temos exemplos muito recentes: - A resolução da crise de lacticínios das Flores está à vista porque o Governo encontrou uma solução cooperativa.

A resolução da situação que o Pico enfrenta em relação ao mesmo sector está apenas e exclusivamente dependente de que surja nessa ilha um movimento de base capaz de assumir as responsabilidades, sem as quais não é possível o Governo actuar.

Alguma da fragilidade do sector produtivo regional não é por ausência de incentivos financeiros, não é por ausência de apoios técnicos, é porque também (e sejamos realistas) os responsáveis do sector cooperativo não têm assumido, sobretudo nas áreas económicas e financeiras, as responsabilidades que lhes cabem. E também podia apresentar aqui inúmeros exemplos de que isto é verdade; de que esses responsáveis, assumindo as suas responsabilidades e os cooperantes entendendodefacto o que deve ser uma cooperativa, as coisas avançam, são economicamente viáveis e são exemplos que frutificam. Exagerar mais a intervenção do Governo nessa matéria não é saudável nem pedagógico e o que é um facto é que todas as vezes (e também posso ter meia culpa) em que o Governo foi além daquilo que devia ter ido nos apoios financeiros que devia conceder não resolveu o problema.

Portanto, esta minha intervenção não é totalmente contrária à sua: é com o intuito de esclarecer as pessoas de que não é totalmente verdade aquilo que o Sr. Deputado afirma.

Volto a reafirmar: muitas vezes, o Governo quando excedeu os apoios financeiros e económicos sem ter em linha de conta aqueles que são inerentes ao movimento cooperativo falharam os apoios, não por falta deles, mas por incapacidade do sector cooperativo, que ainda não entendeu, nesta Região, em muitos casos, que não é só estando debaixo da asa do Estado que se resolvem os problemas: é preciso que a força venha da base e que ela se organize na base, para que, organizada e estruturada, possa reabsorver os apoios económicos e financeiros entregues pelo Estado para poder avançar.

Foi só para isto que pedi ao Sr. Presidente para intervir.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim do nosso Período de Antes da Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Decq Mota ficará inscrito para a discussão desta matéria na sessão de amanhã.

De forma que vamos passar ao **Período da Ordem do Dia**, retomando a discussão na especialidade do **Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre o "Estatuto dos Deputados".**

Tínhamos começado a discutir o artigo 4º e vamos continuar o debate sobre o mesmo.

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota, o qual já tinha ficado inscrito.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é fácil a passagem tão rápida de uma questão para a outra, mais que não seja pela organização dos papéis, de qualquer forma farei um esforço.

Ontem, quando chegámos à hora regimental, estava-se na apreciação do artigo 4º, nomeadamente na apreciação de uma proposta de alteração do Partido Socialista para o ponto 7. e - salvo erro - de uma proposta de eliminação, assumida pelo Partido Social Democrata, de vários dos pontos desse artigo 4º.

Presidente: As propostas de eliminação existentes são as dos nºs. 2, 4, 5 e 7 e para o nº 7 existe também uma proposta de nova redacção.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua preciosa ajuda.

A posição do PCP sobre esta matéria é de

que na versão originária do projecto efectivamente havia um aspecto do qual discordávamos. Concordámos com todos os pontos - do 1º ao 6º - e discordávamos da redacção inicial do ponto 7., que abria uma possibilidade de cidadãos eleitos deputados que exercessem funções de gestor público pudessem durante 45 dias por ano execer funções de deputado.

Estamos de acordo com a proposta de rectificação do Partido Socialista nesta matéria, na medida em que pensamos que pode ter vantagens, no que toca aos autarcas, a possibilidade dessa participação - de Presidente da Câmara - de algum modo.

Dirá o Partido Social Democrata que tudo isto pode ser eliminado porque já há legislação sobre esta matéria, portanto não altera nada.

É evidente que sim, em certo sentido, só que, em questões da importância destas que aqui estão e uma vez que se está a uniformizar o Estatuto dos Deputados, que se está, digamos, a apanhar o que é válido do que está disperso, que se está a procurar melhorar alguns aspectos, penso que tudo o que é válido - mesmo aquilo que resulta da discussão que aqui tivemos há meio ano atrás, por exemplo, da incompatibilidade do exercício do cargo de gestor público com o exercício do cargo de deputado - deve ficar, nomeadamente essa, expressamente no Estatuto, embora haja (e sei que há) legislação nesse sentido.

É esta a posição do PCP sobre este artigo 4º.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para alguns esclarecimentos complementares sobre o sentido e o alcance das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS depois da discussão em Comissão.

Essas propostas relacionam-se com a circunstância seguinte:

- Em relação a esse problema de suspersões ou de incompatibilidades entre funções, há aquelas incompatibilidades que podem ser consideradas de 1º grau - e que, em princípio, são aquelas que estão aí no nº 1 - e às quais se devia rigorosamente, na nossa opinião, juntar a do gestor público, porque atendendo às circunstâncias concretas em que este problema evoluiu, a consciência relativamente tardia dessa incompatibilidade entre as funções de gestor público que foi sendo conquistada a pouco e pouco faz com que a situação de gestor público não esteja também compreendida no nº 1, naquilo que se poderia chamar incompatibilidades de 1º grau. Mas já vamos chamar a atenção para esse aspecto importante, porque não se trata exclusivamente de fazer neste artigo aquilo que se faz em muitos outros, que é juntar num mesmo diploma disposições que, apesar de estarem noutros diplomas, devem estar aqui pela sua própria natureza por se prenderem mais especificamente ao Estatuto dos Deputados, entendido com as características que ele tem e ligado às condições de melhor exercício dessa função de deputado.

Há também nesta circuntância - no facto de se incluir neste diploma, por exemplo, aquilo que o diploma dos gestores dispõe - uma outra consequência: é que passa a haver, por essa circunstância, uma reserva de iniciativa legislativa em relação a esta circunstância. Ora, se a disposição que já existe no estatuto dos gestores for incluída, como nós pretendemos, no Estatuto dos Deputados, sobre esse assunto ela não poderá ser alterada por proposta do Governo, o que não acontece mantendo-as apenas no estatuto dos gestores. E, aceitando-se a incompatibilidade como toda a gente aceita, aceitando-se que essa incompatibilidade se liga essencialmente à função de Deputado e deriva do relacionamento da verdadeira separação que deve haver nessas funções, entendemos que, tal como as outras disposições, ela deve estar no Estatuto dos Deputados. Daí o facto de insistirmos em virtude desta consequência, porque passa a ser, digamos, de reserva de iniciativa legislativa dos Deputados ou da Assembleia, sendo retirada da alçada de proposta de iniciativa do próprio Governo.

Em relação ao caso dos presidentes de câmara e vereadores a tempo inteiro, somos do entendimento que deve ser acolhida a disposição que já existe em relação aos Deputados à Assembleia da República, para os quais esta incompatibilidade também está estabelecida, mas como é efectivamente uma incompatibilidade, digamos, de 2º grau, porque não há uma dependência directa entre Assembleia da República e o exercício de funções executivas nas câmaras, nomeadamente de presidente e vereador a tempo inteiro, entendemos que ela pode ser excepcionada em condições concretas. Foram essas condições que se tentaram estabelecer nas alterações que apresentamos para o nº 7.

Este é, sumariamente, o resumo.

Chamava, nomeadamente, a atenção para a consequência que tem o facto de se incluir no diploma do Estatuto dos Deputados a suspensão automática das funções de gestor e da função de deputado.

Presidente: Não há mais inscrições na Mesa sobre este assunto, de forma que vamos passar à votação. Votaremos primeiro as propostas de eliminação e por números, uma vez que não há consenso nas propostas apresentadas na Mesa.

Vamos então começar por votar a proposta de eliminação do nº 2 do artigo 4º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 18 votos a favor do PSD, registando 10 votos do PS e 1 do PCP contra.

Presidente: Votaremos agora uma proposta de eliminação dos nºs. 4 e 5, a qual, como é formulada por ambos os partidos - PSD e PS - , se o Sr. Deputado do Partido Comunista não visse inconveniente, votaríamos em conjunto.

O Sr. Deputado Decq Mota vê inconveniente em se votar em conjunto os nºs. 4 e 5?

(Negativa do Sr. Deputado Decq Mota)

Presidente: Então, os Srs. Deputados que concordam com a eliminação dos nºs. 4 e 5 façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada por maioria, com 18 votos do PSD e 10 do PS a favor, registando 1 voto contra do PCP.

Presidente: Existe ainda uma proposta de eliminação do nº 7 formulada pela Comissão, o qual considera-se eliminado, uma vez que fica prejudicado pela eliminação anterior.

Assim sendo, agora vamos votar os nºs. 1, 3 e 6 do artigo 4º, que, evidentemente, fica a constituir o corpo do artigo.

Os Srs. Deputados que concordam com os nºs. 1, 3 e 6 do artigo 4º façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos então ao artigo 5º.

Secretário: Artigo 5º.

(Foi lido)

Presidente: Não há propostas de alteração para este artigo, de forma que vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 5º façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: O artigo 5º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 6º.

Secretário: Artigo 6º.

(Foi lido)

Presidente: Para este artigo também não há propostas de alteração, de forma que passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: O artigo 6º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 7º.

Secretário: Artigo 7º.

(Foi lido)

Presidente: Também não existem propostas de alteração, de forma que vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 7º façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 8º.

Secretário: Artigo 8º.

(Foi lido)

Presidente: Para este artigo o Partido Social Democrata e o Partido Socialista propõem a eliminação dos nºs. 2 e 3.

Está à discussão este artigo e estas propostas de eliminação.

Não havendo intervenções, vamos votar. Votaremos primeiro as propostas de eliminação.

Os Srs. Deputados que concordam com a eliminação dos nºs. 2 e 3 façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos então agora o nº 1 com as suas quatro alíneas.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 9º.

Secretário: Artigo 9º.

(Foi lido)

Presidente: Para este artigo o Partido Social Democrata faz uma proposta de alteração para o nº 5, que é do seguinte teor:

"5. ....., ou partido não constituído em grupo, ou **do órgão competente do partido.**"

Está aberta a discussão sobre este artigo e esta proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É uma intervenção quase a pedir como que uma confirmação.

Se bem entendo, o proponente contempla um bocado a minha situação - o partido é constituído apenas por um deputado -: atribui a possibilidade ao órgão competente deste partido de intervir nesse processo de substituição, sendo caso disso. Eu pergunto ao PSD se efectivamente é isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sr. Secretário Regional:

Efectivamente, é para prever hipóteses desta natureza, que neste momento seriam eventualmente aplicáveis ao Sr. Deputado - esperemos que nunca seja necessário -, mas que nalguma circunstância poderiam funcionar em circunstâncias semelhantes.

Obrigado.

Presidente: Continua à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

É para um esclarecimento que não sei se é oportuno ou não - e pode ser apenas oportuno do ponto de vista pessoal.

Da leitura rápida que fiz dessa proposta de alteração deu-me impressão que o PSD tinha retirado o direito do próprio candidato que entre a substituir, fazer essa petição. Não sei se é essa a conclusão. Pergunto: - Qual é a justificação para essa eliminação?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Efectivamente, é assim: substituímos o requerimento do candidato pelo órgão do partido, porque nas circunstâncias normais é o grupo ou representação parlamentar que faz o pedido.

Pareceu-nos que - por comparação -, nos casos em que não existisse grupo parlamentar para fazer esse pedido, essa competência deveria caber ao órgão do partido e, portanto, nesse caso achou-se desnecessário - porque no fundo são os partidos que concorrem às eleições - que se incluisse a referência ao próprio candidato.

Não fica nada prejudicado com esta alteração que fizemos, na medida em que o órgão do partido naturalmente que pedirá sempre essa mesma substituição.

Não nos parece necessário haver a referência ao candidato, mas, sim, ao órgão do partido, na medida em que são os partidos que concorrem às eleições e naturalmente que os mesmos terão interesse em substituir a vaga que tiver sido deixada em aberto.

Presidente: Continua à discussão.

Não havendo mais intervenções sobre esta matéria vamos então passar a votar. Votaremos primeiro o nº 5 com a proposta de redacção que o Partido Social Democrata apresenta.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 17 votos do PSD e 1 do PCP a favor, registando 9 votos contra do PS.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça para uma declaração de voto.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma curtíssima declaração de voto só para justificar a nossa posição ao votar este nº 5.

Efectivamente, na redacção inicial que nós tínhamos apresentado criávamos a possibilidade deste direito ser facultado ao próprio Deputado. E por que mantivemos esse princípio face à alteração sugerida pelo PSD? - Justamente porque a hipótese não é tão académica quanto eventualmente à partida se possa colocar. Amanhã, qualquer Deputado integrado num grupo parlamentar poderá, digamos, desvincular-se do próprio partido e ficar com um estatuto independente e nessa circunstância eu penso que era justamente este mecanismo a existir de per si que criaria a possibilidade para acionar o preceito que a lei lhe consagraria se tivesse ficado aprovado o preceito que nós propúnhamos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para uma declaração de voto.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito brevemente, queria apenas afirmar que, no meu entendimento, pareceu-me que esta redacção era a mais correcta, contemplando as situações que se podem dar em abstracto, e não vai, de forma nenhuma, contra direitos dos cidadãos que foram candidatos e que estão integrados por uma determinada ordenação na lista, na medida em que há mecanismos que obrigam a que a indicação seja feita de forma sucessiva. Isto não atribuiu ao partido a possibilidade de indicar o 15º quando tem que indicar o 2º - tem que indicar é mesmo o 2º.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura para uma declaração de voto.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A nossa declaração de voto é em sentido muito semelhante a esta que acaba de ser feita.

Recordaria ao Sr. Deputado Carlos Mendonça, que fez a declaração de voto pela parte do Partido Socialista, que é o próprio nº 1 deste artigo 9º que nos diz que "em caso de vacatura ou suspensão do mandato, o deputado será substituído pelo primeiro candidato não eleito na respectiva ordem de precedência, na mesma lista", o que, automaticamente, impede que o partido possa, digamos, requerer que passe outro em vez daquele. Daí que não vejo qualquer razão de ser para as preocupações que aqui foram expressas, razão pela qual votámos a proposta que acabou de ser aprovada com toda a serenidade, serenidade essa que infelizmente, e como de costume, não está abrangendo o Sr. Deputado Carlos César, que está cada vez mais irrequieto!

Deputado Carlos César (PS): Estou nervosíssimo com a falta de membros do Governo na Assembleia!

Presidente do Governo (Mota Amaral): Estou eu cá ainda!

Deputado Dionísio Sousa (PS): Afinal está o Governo!

Presidente: Srs. Deputados, vamos então agora votar os nºs. 1, 2, 3 e 4 do artigo 9º.

Os Srs. Deputados que concordam com os nºs. 1, 2, 3 e 4 do artigo 9º, façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Os nºs. 1, 2, 3 e 4 do artigo 9º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 10º. O Sr. Secretário vai fazer o favor de lê-lo.

Secretário: Artigo 10º.

(Foi lido)

Presidente: Não há propostas de alteração para este artigo, de forma que vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: O artigo 10º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos por 15 minutos.

(Eram 16,50 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos com a continuação da discussão, na especialidade, do Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre o "Estatuto dos Deputados".

(Eram 18,30 horas)

O Sr. Secretário vai fazer o favor de ler o artigo 11º.

Secretário: Artigo 11º.

(Foi lido)

Presidente: Srs. Deputados, sobre este artigo 11º o Partido Social Democrata faz uma proposta de alteração que é do seguinte teor:

"Artigo 11º.
(Direitos e regalias)

1. .....
   a) .....
   b) .....
   c) .....
   d) .....
   e) **Vencimentos**, subsídios e outras regalias .....
   f) .....
   g) .....
   h) .....

2. Os deputados não podem ser prejudicados na sua colocação e no seu emprego permanente por causa do desempenho do mandato.

3. (elininação)

4. .....

5. .....

6. ....."

Está à discussão este artigo com estas propostas de emenda e de eliminação.

Não havendo intervenções, vamos votar. Votaremos primeiro a eliminação do nº 3.

Os Srs. Deputados que concordam com a eliminação do nº 3 façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: O nº 3 foi eliminado por unanimidade.

Presidente: Agora votaremos a alínea e) do nº 1 com a proposta de redacção do Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: A alínea e) do nº 1 foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o nº 2 com a redacção que lhe dá o Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Agora votaremos as restantes alíneas do nº 1 e os nºs. 4, 5 e 6.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foram aprovados por unanimidade.

Presidente: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista faz uma proposta de aditamento de um artigo 11º-A, que o Sr. Secretário vai fazer o favor de ler.

Secretário:

"Artigo 11º-A.
(Assessoria aos Deputados)

1. Mediante prévia comunicação à Mesa, pelo Grupo Parlamentar ou Partido não constituído em grupo, os deputados têm o direito de solicitar o pagamento de serviços de assessoria técnica para fins correlativos ao exercício do mandato.

2. A verba a dispender com o direito consignado no número anterior será inscrita em rúbrica autónoma do Orçamento da Assembleia, tendo cada deputado direito, por sessão legislativa, ao dispêndio de um montante equivalente ao seu vencimento base."

Presidente: Está à discussão este artigo 11º-A.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Temia que passasse a oportunidade de intervir e ficasse sem poder fazer uma apreciação sobre esta questão, mas estava à espera de que, eventualmente, tivesse havido qualquer apresentação. Todavia, não queria deixar de dar uma opinião sobre esta matéria.

Com esta ou com outra formulação, com este ou com outro mecanismo, com estes ou com outros montantes, tenho ideia que o proponente dá passos naquilo que se pode considerar - e que considero - o sentido da verdadeira dignificação da função de Deputado.

Muitas vezes, invoca-se a questão da dignificação da função de Deputado.

É um assunto que, como Deputado do PCP, já em várias ocasiões tive oportunidade de referir

nesta Sala. Tenho ideia que - e não vou repetir argumentações - muitas vezes se invoca essa expressão com um objectivo determinado, mas com um sentido não global, não rigoroso e, portanto, incorrecto.

Esta proposta - aceito perfeitamente que é discutível; aceito até que poderia ser com formas intermédias, não se chegando directamente a esta formulação que o Partido Socialista entendeu propôr; aceito que, em vez de ser por cada Deputado, poderia ser por cada partido, dentro de uma proporção qualquer (a imaginação aí poderá trabalhar) - vai num sentido que é globalmente positivo.

Não ouvi manifestações da parte dos outros partidos sobre esta questão. A minha intuição diz-me que as manifestações não serão as mais calorosas, pelo menos da parte de alguns. Gostaria pelo menos de registar a opinião e se fosse possível - usando a palavra num sentido não pejorativo - provocar essas manifestações, provocar discussão deste assunto, acho que é um assunto que valia a pena ser debatido, porque a dignificação, séria, correcta, do trabalho dos Deputados é um caminho que a todos nós compete.

Muito obrigado.

Presidente: Continua à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados,... e se puderem transmitir também aos Srs. Membros do Governo as minhas recomendações!...

Deputado Dionísio Sousa (PS): Têm o direito à informação!

O Orador: Têm o dever de acompanhar!...

- Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou - como se sabe - diversas propostas de alteração ao "Estatuto dos Deputados", mas gostava, a propósito desta alteração em particular, de afirmar que da parte do Partido Socialista esta é seguramente, se não a mais importante, uma das mais importantes propostas que estão presentes ao debate que neste momento se trava, a tal ponto que não me custa historiar a forma como esta proposta aparece. De resto, a mesma apareceu em função de um profundo e longo debate sobre a função do Deputado e as condições que são exigíveis para a melhoria qualitativa do seu trabalho no interior do grupo parlamentar do meu partido, e, em resultado desse debate, essa proposta surgiu - como sabem - numa fase posterior ao início da reapreciação deste estatuto.

Para o Partido Socialista, hoje, nesta fase, em que nos encontramos, de funcionamento do órgão máximo da autonomia regional, é muito mais importante, para a dignificação da função dos Deputados, aprofundar aspectos desta natureza do que outros que já se encontram no limite que se entende perfeitamente razoável para o exercício do mandato de Deputado. Por outras palavras: nós pensamos que não é necessário aprofundar muito mais sobre aspectos como a aquisição ou perda de mandato, como as imunidades, como o regime de segurança social dos Deputados, como outros direitos e regalias, e entendemos que não é absolutamente relevante, nem sequer, neste momento, importante para qualquer deputado que se preze, alterações a esse nível. Daí, por exemplo, a circunstância de, depois de termos dialogado com o PSD sobre este "Estatuto dos Deputados", não termos dado a nossa concordância a modificações que o PSD pretendia introduzir no regime de atribuição de ajudas de custo aos Deputados.

Assim, entendíamos que a proposta que agora apresentavamos constituía a melhor forma de proceder, no plano qualitativo, a uma alteração muito substancial do trabalho parlamentar nos Açores e pensávamos, de resto, que, na hipótese desta proposta ser aprovada, desde logo esta Assembleia veria, no resultado subsequente dos debates, que diminuiriam esses confrontos de opinião com que vivemos naturalmente de debate em debate parlamentar. Passaríamos talvez muito mais a reproduzir o resultado de um trabalho de investigação e de ponderação dos problemas, em vez de reproduzirmos - o que muitas vezes acontece - o resultado de posições e de emblemas partidários.

A existência de uma assessoria e da disponibilidade financeira para garantir a assessoria técnica aos Deputados, que consta desta proposta apresentada pelo Partido Socialista, é - repito - seguramente a maior conquista que, nesta fase da vida da Assembleia Regional dos Açores, os Deputados e esta instituição poderiam ter, porque é uma conquista apontada exclusivamente para a melhoria da qualidade dos trabalhos da Assembleia Regional e da intervenção política de cada um dos Srs. Deputados. E não tenhamos dúvidas de que os Deputados na Assembleia Regional dos Açores são permanentemente confrontados com o debate das questões mais variadas. Diariamente um Deputado é solicitado a se pronunciar sobre assuntos tão diferentes, como questões de ambiente, questões de agricultura, questões de pescas, questões de economia e questões que extravasam a própria Região, como é o caso das novas questões suscitadas pela integração na Comunidade Económica Europeia, e não é exigível nem sequer é razoável pensar que os Deputados têm nessa matéria o dom de tudo saberem e de, sobretudo, se pronunciarem com conhecimento de causa. Por isso, era es-

sencial - e não escondemos que era mais essencial aos partidos da oposição do que ao partido do poder - essa faculdade, mas quanto melhor fossem os partidos da oposição, porventura, melhor seria também esta instituição. O PSD recusa-nos essa prerrogativa porque naturalmente dispõe de meios e de técnicos sediados junto do aparelho do Governo e naturalmente não representa para si esta aspiração - uma aspiração tão importante - como naturalmente representa para qualquer um dos partidos. E é preciso que se diga realmente que a oposição propõe isto porque sente necessidade de ter uma melhor assessoria técnica, de ter um melhor acompanhamento técnico para transpor no plano político, nesta Assembleia, as suas opções.

Esta proposta nada tem a esconder. Tem isso mesmo: é a demonstração de que a oposição precisa e tem necessidade de ter melhores condições para saber mais, precisa e tem necessidade de melhores condições para fazer o acompanhamento governativo da Região, porque, naturalmente, estando fora do Governo, tem muito menores recursos para proceder a esse acompanhamento passo a passo.

Presidente: Sr. Deputado, é só para lhe dizer que tem mais um minuto.

O Orador: Certamente, Sr. Presidente.

Evidentemente que poderão argumentar - mas de modo muito frouxo e por isso eu me antecipo - que o nosso Regimento já possui algumas normas que, de alguma forma, têm uma relação com isso. Bem, de alguma forma têm uma relação com isso, mas essas normas não conferem prerrogativas aos grupos parlamentares: conferem efectivamente essas prerrogativas a Comissões, que é o contrário do que já vi usar para pareceres sobre diversos diplomas. Porém, não é essa a orientação que a nossa proposta aqui espelha, não é essa a nossa filosofia e não é com o disposto nas alíneas a), b) e c) do artigo 109º que esse objectivo é prosseguido, em proveito da qualidade do debate parlamentar e em proveito da melhoria da qualidade das exposições que nós ouvimos aqui da parte dos Deputados, quer encarados individualmente, quer depois expressos nas suas votações e nas posições que assumem sobre o que se vai debatendo.

Não prescindo perfeitamente nestas circunstâncias de adoptar um tom comicieiro, porque sou forçado apenas a compreender que existe, lamentavelmente, uma técnica da parte duma maioria de Deputados do PSD, que pelos vistos teve expressão neste caso, de minimizar o trabalho do Parlamento e a qualidade dos debates, porque, conjunturalmente, é-lhes favorável a existência e a valorização apenas de uma opinião: a do Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Continua a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata analisou também cuidadosamente esta proposta, como aliás analisou cuidadosamente todos estes documentos. Teve absoluta necessidade de fazê-lo, por várias razões, algumas das quais já ontem aqui referi.

Gostaria de dizer que este documento - é preciso que nunca nos esqueçamos disso - é uma proposta do Partido Socialista. Se estamos aqui discutindo este documento na sua globalidade, com tudo aquilo que nele se contém, essa proposta é do Partido Socialista e é também do Partido Socialista, Sr. Deputado Carlos César, a proposta que lá existe relativamente a ajudas de custo e que traziam determinado tipo de benefícios a Deputados que se deslocassem a determinadas áreas geográficas.

Não poderia deixar de dizer isto, porque - e foi o Sr. Deputado que o disse - da sua intervenção em tom comicieiro poder-se-ia vir a entender que não era assim, mas é efectivamente essa a realidade.

Relativamente à matéria deste artigo 119-A, que o Partido Socialista pretendia acrescentar, gostaria de dizer o seguinte:

- Ainda sou e recordo-me do tempo em que, quando para aqui viemos, os Srs. Deputados não tinham assessoria, nem sequer tinham praticamente o apoio funcional. Nessa altura tinha-se uma espécie de escriturário-dactilógrafo que prestava apoio a todo o grupo parlamentar. Era a situação que existia no tempo.

Depois, aos poucos, à medida que as necessidades foram obrigando, foram-se criando, foi havendo uma evolução no trabalho legislativo, foi havendo uma evolução naquilo que era preciso produzir e naquilo que se produzia e também se foi evoluindo nos meios que foram postos ao alcance das diferentes formações partidárias para atingirem os fins legislativos e de acompanhamento da actividade do Governo que incumbem à Assembleia no seu conjunto. Os apoios aos Deputados foram melhorados: passaram a ser apoios não apenas na sede da Assembleia Regional - e também esses alargados, não só em quantidade, mas também em qualidade - e foram também alargados às ilhas. Aliás, foram criadas instalações também nas ilhas, para permitir um maior apoio ao trabalho dos Deputados. As condições foram progressivamente melhoradas.

Entendemos que nesta matéria, como em todas, se deve evoluir de uma maneira, se necessário, lenta - e tem sido necessário que seja lenta -, mas progressiva e segura. É nesta medida que entendemos que se deve prosseguir.

Os Srs. Deputados recordar-se-ão também do tempo em que os partidos políticos não recebiam,

por via do Orçamento Regional, qualquer verba. Neste momento, os partidos recebem, por via do Orçamento Regional, com a alteração aqui introduzida na Lei Orgânica há uns tempos atrás, uma determinada verba, verba essa que nõa está impedida de ser utilizada naquilo que agora defende o Partido Socialista com esta sua proposta, ou seja, das verbas que são entregues aos partidos, poderão os mesmos utilizá-las na busca de assessoria jurídica para auxiliarem os seus Deputados, eleitos pelos respectivos partidos para este Parlamento Regional, para prepararem melhor a sua actividade parlamentar.

Todavia, gostaria de dizer que não estão realmente esgotados os meios que neste momento já se dispõe para utilizar duma assessoria de natureza técnica aos trabalhos da Assembleia Regional. Como os Srs. Deputados sabem muito bem, é nas Comissões que se faz a parte mais importante do trabalho que é realizado na preparação dos documentos para virem a Plenário da Assembleia Regional dos Açores. As Comissões podem (o Sr. Deputado Carlos César já o referiu), porque têm meios para isso, requisitar ou propor a contratação de especialistas que os coadjuvem nos seus trabalhos.

Eu gostaria de dizer - contrariamente àquilo que referiu o Sr. Deputado Carlos César - que isto não tem sido uma norma e que tem sido, aliás, uma disposição pouco utilizada até aqui e a prática o que tem demonstrado é que, se ela é solicitada, não é efectivamente negada. Nunca vi que houvesse da parte da Mesa qualquer intenção de negar este tipo de apoio. Poderá dizer-se que é um apoio interparlamentar, que é um apoio a todos os membros da Comissão - é efectivamente verdade -, de todos os partidos, feito em Comissão, que é o local próprio para discutir e aprofundar os documentos que vêm para ser discutidos. De maneira que este meio ainda não está esgotado.

Além do mais, a Lei Orgânica desta Assembleia já alargou o quadro de juristas: em vez de nenhum - que não tínhamos há uns anos atrás - passámos a ter um e depois passámos a ter dois. Não estamos naturalmente fechados a que no futuro - e quando necessário - existam três, quatro ou mais, ou aqueles que a evolução dos trabalhos parlamentares for aconselhando, só que entendemos que devemos avançar cuidadosamente e entendemos que neste momento ainda não estamos na fase de assessorar cada um dos Srs. Deputados com um trabalho de um jurista, ou de um especialista, que aqui era proposto pelo Partido Socialista, tanto mais que neste momento nem sequer ninguém entendeu ser necessário que cada Sr. Deputado tivesse um secretário particular.

Para além do mais, é preciso que se diga que a existência de especialistas desta natureza, como vêm propostos pelo Partido Socialista, que diz ter sobre esta matéria um entendimento claríssimo - ele era tão claro e era tão fundamentado e estava tão sedimentado que o Partido Socialista não se lembrou dele (é preciso que se o diga) na altura em que fez a sua proposta: lembrou-se posteriormente. De maneira que esta é uma ideia que não é assim tão antiga, não é uma necessidade tão premente e há tanto tempo sentida, porque, se assim fosse, tinha logo entrado à cabeça das necessidades na proposta originária que aqui foi presente. Estivemos em Comissão; também havia representantes do Partido Socialista e não ouvi falar desta necessidade. Bom, é uma necessidade que foi reflectida posteriormente, mas convenhamos que não é uma necessidade tão premente que viesse sendo sentida há tanto tempo.

Gostaria de dizer que a existência desses contributos poderá eventualmente ajudar o trabalho a realizar na Assembleia Regional, mas convenhamos que os assessores que vierem a ser contratados não substituirão o trabalho dos Srs. Deputados e eu suponho que o Partido Socialista, ao pretender esta modificação, não estará à espera disso - ou será que estará?

Para além do mais, verifico que nalguns casos bem que fazia falta a existência realmente de algum tipo de apoio - este documento é exemplo disso! -, mas, para o tipo de falhas de natureza técnica que este diploma apresenta, que são nalguns casos - permitam-me que o diga um pouco entre aspas - "crassas", não era preciso nenhum especialista: seria preciso talvez um pouco mais de paciência para verificar onde havia repetições, etc.. Seria um trabalho não de natureza de especialista, porque senão ficaria mal a um Deputado que pedisse apoio daquela natureza.

Presidente: Sr. Deputado, é só para lhe dizer que tem mais um minuto.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Para terminar, gostaria de dizer que a qualidade dos debates não advém só - como o Sr. Deputado de alguma maneira aqui procurou traduzir-desse tipo de apoio. A qualidade dos debates vem muito mais do que forem efectivamente os Deputados e os assessores nunca farão os Deputados: os Deputados, de alguma maneira, poderão fazer os assessores e hão-de fazê-los quando for preciso e quando se achar que é razoável, ou seja, não estamos fechados a este tipo de evolução e admitimos que no futuro possamos ter que ir para algum tipo de apoio, que não nos parece que devesse ser nos termos em que aqui está proposto. Quando a evolução o aconselhar estaremos abertos a isto, como temos estado abertos a todo o tipo de evolução nesta matéria, só que não é neste momento, mas fazêmo-lo - e vamos portanto votar

contra a introdução deste novo artigo - na consciência de que com isto não estamos limitando as possibilidades da oposição, nem impedindo que a oposição possa ter aqui um trabalho razoável, sério, honesto e capaz, porque não é essa a nossa intenção, nunca foi, nem será.

Muito obrigado.

Presidente: Pede a palavra o Sr. Deputado Carlos César. Eu vou dar-lhe a palavra, interpretando que é um dos autores da proposta. Assim, pode usar da palavra duas vezes, durante metade do tempo que normalmente teria para usar - como normalmente seriam 5 minutos, tem dois minutos e meio.

Tem a palavra.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu pensava que não havia muito mais a dizer sobre isso do que "é fundamental uma assessoria" e, depois, esperava que o PSD dissesse sumariamente aquilo que disse, ou seja , "está bem, mas vocês é que propuseram desta vez; quando nós propusermos havemos de aprovar", e portanto tudo isto tinha sido mais rápido.

Como o Sr. Deputado Renato Moura não adoptou este procedimento, eu também não irei, necessariamente, seguir o dele, mas, naturalmente, tenho alguns esclarecimentos a fazer. O primeiro é de que, como é evidente, o Partido Socialista já demonstrou nesta Assembleia - ou se calhar está demonstrando e eventualmente demonstrará muitas mais vezes - carências em variadíssimos domínios, que dependem em grande parte, por exemplo, de ter uma assessoria. Pois, é verdade. Sim senhor, estamos de acordo com o Sr. Deputado Renato Moura.

Evidentemente que somos nós nesta circunstância; foi o Governo - segundo julgo - quando decidiu a localização do porto das Flores naquele sítio; foi o Grupo Parlamentar do PSD quando não se entendeu sobre quem havia de ser a pessoa designável para o sítio tal. Tudo isso são situações em que os partidos reflectiram menos bem ou estiveram menos bem em determinado momento e naturalmente que o Governo - segundo o Sr. Deputado Renato Moura - bem teria precisado de uns bons assessores técnicos para a localização do porto das Flores.

Eu gostava de dizer, relativamente a esta norma que aqui está, que o fundamental é que esta assessoria se faça e que os partidos possam dispor dela. Evidentemente que, se é por um cálculo, que nós introduzimos aqui, correspondente a um vencimento mensal de um Deputado, se é sobre outra qualquer forma, não é isso que é importante na perspectiva do Partido Socialista: é importante apenas que isso possa ter lugar de alguma forma. Aliás, ainda ontem, em diálogo com um alto responsável do Governo, sugeriam-me outra solução, que poderia ser muito mais aceitável, ou seja: de que fosse dada uma verba anual aos grupos parlamentares, que eles utilizariam para esses fins.

Eu apenas entendi que a subvenção que neste momento é atribuída aos partidos políticos funda-se, sobretudo, num espírito completamente diferente desse - não tem nada a ver com motivos de assessoria: tem a ver com a salvaguarda da independência dos partidos em termos financeiros, ou seja - por outras palavras - para evitar que esses partidos dependam de entidades estranhas - ora do poder económico, ora de outras zonas do poder político, ora do estrangeiro - e que tenham por isso garantias de sobrevivência e de independência na sua função política.

Presidente: O Sr. Deputado tem mais um minuto.

O Orador: Exacto. Eu, aliás, desejava também prestar um esclarecimento, além da minha segunda intervenção, ao Sr. Deputado Renato Moura na sequência da sua intervenção.

Portanto, havia esta possibilidade como havia outra qualquer.

Nós reafirmamos, junto do Parlamento e para quem eventualmente nos ouvir, o seguinte: o Partido Socialista pretende e deseja que o trabalho na Assembleia Regional melhore de dia para dia e uma das componentes para essa melhoria é sem dúvida os Deputados terem todas e as maiores possibilidades possíveis para se rodearem de maiores fundamentos técnicos nas posições políticas que aqui têm.

Eu nunca fiz na Assembleia Regional uma intervenção que não tivesse sido escrita por mim. Muitas vezes, felizmente, já tive oportunidade de me basear nos pareceres de algumas pessoas, outras vezes gostava de ter tido essa oportunidade, mas os meios disponíveis não o garantiam. E é essa a dificuldade que se sente; é isso que, do meu ponto de vista, é fundamental hoje para esta Assembleia.

É evidente que, Sr. Deputado Renato Moura, a Assembleia já foi muito pior do que isto - -não haviam Deputados afectos; depois houve limites ao número de afectos e vamos chegar a um dia em que todos têm que ser afectos; não havia delegações e agora há -, mas tudo isso tem sido uma luta persistente e metódica, uma luta que se vai tendo ao longo do tempo, em que o PSD vai cedendo a pouco e pouco, e, como disse o Sr. Deputado Renato Moura, hoje foi talvez o início formal, sob a forma de iniciativa legislativa, desta luta contra a assessoria técnica; amanhã, na outra legislatura, V. Exa., quando estiver a apreciar o Estatuto dos Deputados, estará a consagrar esta e estará a dizer a mesma coisa que lhe disse sobre outras propostas

que então o Partido Socialista fará.

Finalmente, gostava de dizer que a proposta do Partido Socialista tinha, além de tudo, uma preocupação moralizadora, ou seja, uma preocupação de tentar enquadrar o pedido para o pagamento dessas assessorias segundo critérios que tinham a ver com as próprias direcções dos grupos parlamentares ou dos partidos não constituídos em grupo e a própria Mesa da Assembleia. Não sendo um processo de alguma forma proíbitivo do requerimento, seria um processo pelo menos vistoriado, o que permitia desde logo uma moralização e até uma certa publicidade, que era possível, dos pedidos que então seriam formulados. Isto não foi aprovado hoje, mas nós não temos dúvidas nenhumas - e alguém há-de citar este Diário das Sessões - de que ele será aprovado um dia.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura para um pedido de esclarecimento.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como estamos a utilizar o processo de urgência na discussão desta proposta não tenho efectivamente possibilidade de usar da palavra mais vezes e daí que não poderei refutar algumas das afirmações que aqui foram proferidas pelo Sr. Deputado Carlos César. Todavia, não é por falta de argumentos, mas desejaria fazer duas perguntas ao Sr. Deputado Carlos César, que são concretamente as seguintes:

1ª - Quem foi o alto responsável governamental que era de entendimento que esta proposta deveria ser aprovada?

2ª - Gostaria de saber se o Sr. Deputado Carlos César entende que nesta matéria do "Estatuto dos Deputados" devem ser os altos ou baixos responsáveis governamentais que devem dar opinião sobre aquilo que deve ou não ser aprovado, porque não é essa a nossa leitura.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para prestar os esclarecimentos solicitados.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho muito gosto em responder às perguntas do Sr. Deputado Renato Moura.

Quanto a quem foi o primeiro alto responsável, a minha resposta é a seguinte, Sr. Deputado:

- Eu não poderia, nesta Assembleia, usar o mesmo critério com que V. Exa. criticou, já neste Plenário, o Sr. Presidente do Governo quando ele lhe revelou conversas que tinha tido consigo ou documentos que tinha trocado consigo. Naturalmente que eu não terei o mesmo procedimento do Sr. Presidente do Governo Regional e por isso não merecerei de V. Exa. os mesmos epítetos.

Em segundo lugar, gostaria de dizer-lhe que dialogo com quem quero e entendo, troco impressões com quem quero e entendo e acho muito útil, por exemplo, trocar impressões com membros do Governo.

Em terceiro lugar, devo dizer-lhe que, nesta Assembleia, não disse que esse alto responsável me tinha dito que essa proposta devia ser aprovada: eu disse que esse alto responsável tinha-me dito que havia outra solução possível para resolver o problema da assessoria aos Deputados.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Decq Mota pede a palavra para fazer um pedido de esclarecimento?

(Afirmativa do Sr. Deputado Decq Mota)

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Queria formular um pedido de esclarecimento muito breve ao Sr. Deputado Renato Moura, mas tenho que o fundamentar minimamente.

Desde que estou nesta Assembleia pertenço, por decisão da Mesa, à Comissão de Organização e Legislação.

Na Comissão de Organização e Legislação tenho trabalhado com Deputados do Partido Socialista e do Partido Social Democrata e esta Comissão, de acordo com as suas funções regimentais, tem feito um esforço bastante importante para dar o seu contributo para a dignificação do trabalho da Assembleia, dos Deputados, dos serviços da Assembleia, etc..

Não me custa reconhecer - faço-o com gosto e já o fiz noutras ocasiões - que um dos Deputados que efectivamente - desde que conheço e sei que até anteriormente à data de aqui estar - se tem empenhado nesse esforço é exactamente o Sr. Deputado Renato Moura. Daí que, ao discutirmos este assunto, para mim seja um tanto penoso que, por força das circunstâncias - talvez por não estar o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar ou talvez por o Sr. Presidente do Governo não ser Presidente do Grupo Parlamentar...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Tenho imensa pena de não ser, Sr. Deputado!

O Orador: ...e portanto não poder responder em nome do Grupo Parlamentar -, seja exactamente o Sr. Deputado Renato Moura que, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, feche neste momento uma "porta". Uma "porta" que podia ser aberta (podia não ser aberta desta forma como já foi dito), que poderia, numa palavra, ter sido dialogada entre os diversos partidos, como no fundo se dialoga sobre outros assuntos, alguns muito importantes - e é importante que se dialogue

sobre eles -, outros menos importantes - e é também importante que se dialogue sobre eles - e talvez se pudesse ter dialogado sobre isto, porque a matéria é de facto extremamente importante.

O pedido de esclarecimento é o seguinte:

- O Sr. Deputado Renato Moura terminou a sua intervenção dizendo: "não estamos fechados a esta questão, estamos abertos...". Eu perguntaria: - Quando é que estarão realmente abertos e, não estando fechados, por que é que não houve uma diligência junto das outras forças no sentido de se poder encontrar uma solução, que, se não fosse essa, pudesse ser outra, mas que fosse um caminho para ela?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura para prestar o esclarecimento pedido.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre esta matéria responderei com muito gosto ao Sr. Deputado Decq Mota, dizendo-lhe que, quando digo que não estamos fechados, não estamos fechados porque tem sido esse o nosso comportamento em todas estas matérias, quer de Orgânica da Assembleia, quer de Estatuto dos Deputados, sempre na perspectiva de que entendemos que o Estatuto dos Deputados deve ser um instrumento que crie as condições não de bem estar aos Deputados, mas as condições que permitam que os Deputados tenham condições para produzir o trabalho que lhes foi incumbido quando foram eleitos.

Temos feito nesta matéria - como já anteriormente tinha dito na minha intervenção - uma importante e é exactamente porque tem havido uma evolução que entendemos que essa evolução há-de continuar e que no futuro se pode vir a justificar que alguma coisa que possa ter a ver com aquilo que neste momento é proposto possa vir a ser aceite, ainda que de uma forma eventualmente diferente, mas o que disse foi que - e volto a repetir - não estamos fechados a que a evolução nos possa vir a aconselhar uma tomada de posição que tenha alguma coisa a ver com isto que neste momento existe. O que entendemos é que, neste momento, ainda não é o momento certo para admitirmos uma hipótese desta natureza, nem sequer dialogar uma hipótese à volta desta. Isto porque entendemos que ainda não se esgotaram os meios que estão ao nosso alcance para a melhoria do trabalho parlamentar, que são, nomeadamente, os apoios que podem ser pedidos através das Comissões e mais do que isso - e já foi utilizado e recordo-me agora disso e aproveito para dizer -: a própria Assembleia já teve oportunidade de contratar um jurista fora da Assembleia para dar parecer sobre diplomas complicados que aqui tivemos. Se essa hipótese não foi utilizada mais vezes - até a requerimento, por solicitação, por sugestão, dos grupos parlamentares -, eu estou certo que terá sido porque isso nunca foi sugerido, porque se tivesse sido, desde que houvesse para tanto razoabilidade e que houvesse um entendimento de que era efectivamente necessário, realmente esse recurso a essa faculdade teria sido utilizado pela Assembleia. A Assembleia, como órgão colectivo que é, sob proposta de um determinado grupo ou de um partido não constituído em grupo, terá possibilidade de se entender àcerca de uma matéria que necessita efectivamente de ser analisada. É nesta perspectiva que digo que não estamos fechados a que no futuro possamos evoluir para alguma coisa desta matureza.

Se me perguntarem: - Mas quando é que vamos efectivamente consagrar alguma disposição de natureza semelhante a esta que neste momento é proposta? - Naturalmente que não se pode saber! A evolução é que há-de aconselhá-lo ou não. Será na próxima legislatura, como procura o Sr. Deputado Carlos César vaticinar (e aproveito para agradecer a grande esperança que ele põe em que eu volte a ser eleito Deputado, porque já aqui me considera na próxima legislatura discutindo de novo o Estatuto dos Deputados - ainda bem que assim pensa!)? É possível que seja na próxima legislatura que se tenha visto que as coisas se modificaram. Nessa altura até o número de Deputados será diferente e muitas coisas poderão ser diferentes. Se calhar, uma coisa que há-de ser diferente é que o Partido Socialista continuará na sua queda!

Presidente: Srs. Deputados, suponho que este assunto está esclarecido.

Não há mais inscrições, de forma que vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo...

Diga, Sr. Deputado.

Deputado Ramos Dias (CDS): É possível votar os números separados, Sr. Presidente?

Presidente: Com certeza.

Vamos então votar os números separados. Votaremos primeiro o nº 1.

Os Srs. Deputados que concordam com o nº 1 façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: O nº 1 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a votar o nº 2.

Deputado Renato Moura (PSD): O Sr. Presidente dá-me licença?

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, eu queria que se procedesse a nova votação, porque efectivamente houve um lapso, como é evidente e se viu de toda a argumentação que tinha sido feita, relativamente a esta questão.

O requerimento que o Sr. Deputado Ramos Dias

fez era de que se votassem separadamente os números e efectivamente talvez terá sido por aí que nos tenhamos induzido em erro.

Presidente: Srs. Deputados, vamos então fazer uma votação por números do artigo 11º-A, porque é óbvio que há aqui um manifesto engano. Assim, vou pôr à votação o nº 1 do artigo 11º-A proposto pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam com o nº 1 façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O nº 1 foi rejeitado por maioria, com 20 votos contra do PSD, registando 11 votos do PS, 1 do CDS e 1 do PCP a favor.

Presidente: Assim sendo, o nº 2 fica prejudicado, de forma que não é preciso votá-lo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota para uma declaração de voto.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É uma declaração de voto muito breve, como sempre.

Penso que esta proposta do Partido Socialista poderia ter sido - que não foi — um caminho positivo no sentido de melhorar o trabalho dos Deputados e portanto o trabalho desta Assembleia Regional.

Gostaria de esclarecer o seguinte:

- No caso de efectivamente ter sido votado - o que obviamente não era necessário porque estava prejudicado - o ponto 2, a posição que teria seria de abstenção, por pensar que além desta solução poderia haver outras, negociáveis, etc..

É lamentável que não tenha havido o suficiente diálogo, pelo menos que envolvesse todos os partidos aqui representados, sobre este assunto, porque talvez se pudesse ter começado um caminho que não se quis começar agora e foi pena.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça para uma declaração de voto.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Uma declaração de voto não tão sintética quanto a que já nos deu o Sr. Deputado Decq Mota, mas para procurar, ainda assim, sintetizar três ou quatro ideias àcerca da matéria que esteve em discussão neste momento.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista - autor da proposta -, logicamente, votou favoravelmente a sua proposta.

Penso que, no contexto do seu conteúdo e dos fins a que ela se destinava, o meu camarada Carlos César conseguiu explicitar, com algum rigor e precisão, tudo o que ela continha em si própria, no entanto, aproveito este momento para dizer três ou quatro coisas:

1º - Está derrotada; não estará em vigor pelo menos até que exista novo Estatuto dos Deputados e no futuro a Deus pertence. Mas se eventualmente esta proposta tivesse sido aceite era natural que no futuro também não se ouvisse neste Plenário o que foi dito pelo Sr. Deputado Renato Moura, nomeadamente quando disse que o projecto do Partido Socialista tinha sido mal elaborado; vinha com gralhas; vinha com repetições, não tinha sido pensado; não tinha sido equacionado em algumas das suas vertentes. Efectivamente, tal não se verificaria se tivessemos assessoria técnica e não política, porque, politicamente, em todos os momentos é altura de se introduzirem alterações nas propostas, é altura de, quando se discute em Plenário, quando se discute em Comissões, quando se discute à posteriori, ainda que já depois de interrupções do Plenário, novas ideias surgirem e por vezes, nessas várias fases da discussão, as novas ideias são enriquecedoras do conteúdo da lei que há-de vigorar.

Por tudo isto, lamentamos que a proposta não tenha sido aprovada, porque ela destinava-se exclusivamente a melhorar as condições de trabalho técnico do Parlamento Açoriano.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais declarações de voto, passamos então ao artigo 12º. O Sr. Secretário vai fazer o favor de lê-lo.

Secretário: Artigo 12º.

(Foi lido)

Presidente: Para este artigo o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata faz uma proposta de alteração que é do seguinte teor:

Artigo 12º.
(Dispensa de actividades profissionais)

1. .....
2. .....
   a) .....da Assembleia, das comissões ou **deputações** a que pertençam;
   b) .....
   c) .....
3. ....."

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 12º, com a redacção que o Partido Social Democrata apresenta para a alínea a), façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 13º.

Secretário: Artigo 13º.

(Foi lido)

Presidente: Não há propostas de alteração,

de forma que vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este artigo façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 14º.

Secretário: Artigo 14º.

(Foi lido)

Presidente: Também não há propostasde alteração para este artigo, de forma que vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este artigo façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 15º.

Secretário: Artigo 15º.

(Foi lido)

Presidente: Há uma proposta de nova redacção, apresentada pela Comissão e assumida pelo Partido Social Democrata e pelo Partido Socialista, que é do seguinte teor:

"Artigo 15º.
(Estatuto Remuneratório)

A Assembleia ..... aos **seus próprios deputados.**"

Além desta proposta, há uma outra, apresentada pelo Partido Social Democrata e pelo Partido Socialista, no sentido do artigo 15º ser eliminado.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para um comentário muito breve.

Por necessidades que resultam duma resolução da Assembleia tive que estar ausente por uns minutos, mas, se percebi bem, há uma proposta conjunta de eliminação do artigo 15º. Queria dizer o seguinte:

- Acho perfeitamente razoável essa proposta de eliminação. Tudo aquilo que está efectivamente subjacente a esse assunto foi discutido na altura da discussão do Estatuto da Região Autónoma dos Açores e da discussão que aqui se teve sobre o Estatuto Remuneratório. Foi uma discussão que na altura - e gostava de o frisar uma vez mais - foi pena que não tenha sido aprofundada pelos outros partidos, uma vez que foi apenas travada entre o Deputado do PCP e o Presidente do Governo, que agora está ausente.

Portanto, estou de acordo com a eliminação desse artigo, pois a mesma pode fazer com que não haja mais confusões e não tem qualquer significado jurídico manter essa disposição neste momento.

Muito obrigado.

Presidente: Assim sendo, e não havendo mais inscrições, vamos votar a proposta de eliminação apresentada pelo Partido Social Democrata e pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam com a eliminação do artigo 15º façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: O artigo 15º foi eliminado por unanimidade.

Presidente: Passamos então ao artigo 16º.

Secretário: Artigo 16º.

(Foi lido)

Presidente: Para este artigo a Comissão faz uma nova proposta de redacção, que é do seguinte teor:

"Artigo 16º.
(Garantias de Benefícios Sociais)

1. Os deputados ..... prejudicados na sua colocação, no seu vencimento .....direito.

2. A Assembleia ..... privado.

3. ....."

Esta proposta de redacção da Comissão é assumida pelo Partido Social Democrata - com excepção do nº 2 - e pelo Partido Socialista.

Está à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Efectivamente, nós não assumimos a proposta relativa ao nº 2 do artigo 16º, que consistia, no fim de contas, no acrescentamento da expressão "na sua colocação", na medida em que já votámos no artigo 11º, nº 2, que "os deputados não podem ser prejudicados na sua colocação e no seu emprego permanente por causa do desempenho do mandato", ou seja, entendemos que devem ficar separadas as duas coisas: num artigo garante-se o direito a não poder ser prejudicado na colocação e no emprego e noutro artigo a garantia relativa à parte remuneratória, segundo a qual os deputados não podem ser prejudicados nos seus benefícios sociais.

Presidente: Mas isso é o nº 1 do artigo 16º?

O Orador: Exacto.

Portanto, entendemos que, relativamente ao nº 1 do artigo 16º, deve prevalecer - e é essa que vamos votar - a redacção que vinha proposta pelo Partido Socialista na sua proposta inicial.

Presidente: Então, tenho que fazer uma emenda: o Partido Social Democrata não aceita a proposta de redacção da Comissão para o nº 1 e não do nº 2 do artigo 16º.

Pelos papéis que aqui estão na Mesa, o Partido Socialista assume a redacção proposta pela Comissão, isto é, entende que deve ficar na redacção do nº 1 do artigo 16º que "os deputados..... ..... prejudicados na sua colocação, no seu

vencimento .....direito."

O Partido Social Democrata entende que esta redacção deve ser a mesma que está na proposta inicial.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu penso que, depois daquilo que o Sr. Deputado Renato Moura disse e de, de facto, já estar inserido no nº 2 do artigo 11º o aspecto da colocação, é perfeitamente dispensável que se esteja a repetir agora. Por conseguinte, considera-se não assumido por nós - Partido Socialista - esse número da Comissão e fica para discussão e votação a redacção inicial.

Presidente: Assim sendo, não há propostas de alteração para o nº 1; só existe uma proposta de alteração para o nº 2, que é assumida pelo PSD e PS.

Está à discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar. Votaremos primeiro o nº 1 na redacção proposta inicialmente pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Agora votaremos o nº 2 com a redacção proposta pela Comissão e assumida pelos partidos.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votaremos agora o nº 3 na redacção inicial.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Antes de continuarmos, pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e aos representantes dos outros dois partidos que viessem aqui à Mesa para podermos combinar uma questão que é essencial para a continuação dos nossos trabalhos.

(Pausa)

Srs. Deputados, vamos então continuar os nossos trabalhos. Passamos ao artigo 17º. O Sr. Secretário vai fazer o favor de lê-lo.

Secretário: Artigo 17º.

(Foi lido)

Presidente: Para este artigo a Comissão faz uma proposta de nova redacção para o nº 2, a qual é assumida só pelo Partido Socialista, que é do seguinte teor:

"2. A idêntica ajuda de custo terão direito os deputados que, por causa do exercício do seu mandato e dentro do seu círculo eleitoral, se desloquem do concelho da sua residência."

Por sua vez o Partido Social Democrata apresenta a seguinte proposta de alteração:

"Artigo 17º.
(Ajudas de Custo)

1. .....

2. A idêntica ajuda de custo terão direito os deputados que, por causa do exercício do seu mandato, se desloquem da área da sua residência.

3. Eliminação."

Estão à discussão estas duas propostas de redacção para o nº 2 e a de eliminação do nº 3.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não queria propriamente intervir neste momento: queria perceber um pouco melhor a proposta que o Sr. Deputado Renato Moura entregou, relativa, salvo erro, à área da residência, porque não percebi bem o que é que isso significava.

Presidente: O Sr. Deputado pretende que seja lida outra vez ou pretende uma explicação?

O Orador: Sr. Presidente, se o Partido Social Democrata pudesse explicar...

Presidente: Então tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura para uma explicação.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É extremamente simples. Com isto, a única coisa que se pretende é equiparar o regime que é aplicável aos Deputados exactamente àquele que vigora no regime normal de ajudas de custo, ou seja, os Deputados têm direito a ajudas de custo quando se desloquem da área da sua residência para além de uma determinada distância, que neste momento são 5 km, isto é, quando os Srs. Deputados se encontrem deslocados para além dessa distância têm direito a uma determinada ajuda de custo.

Esta situação que antes existia - "do concelho" - é uma situação que não é rigorosamente precisa e que era diferente daquela que vigora para o geral da Função Pública, pela qual habitualmente, e noutras coisas, nos regemos e daí que não havia razão para haver este regime diferenciado, que no fim não tinha grande sentido e até podia querer significar que um Deputado, que vivesse no limite do concelho, só porque tinha andado 500 m e tinha passado para outro concelho, já tinha direito a ajudas de custo. Não é este o regime normal de ajudas de custo e portanto parece-me que deve ser aplicável é o regime normal e não há aqui necessidade de haver nenhum regime especial e de referir os concelhos, que não têm rigorosamente nada a ver com o regime de ajudas de custo.

Presidente: Continua à discussão.

Parecendo não haver mais intervenções, vamos votar. Votaremos primeiro a proposta de eliminação do nº 3 que o Partido Social Democrata apresenta.

Os Srs. Deputados que concordam com esta eliminação façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstiveram também se podem sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 20 votos a favor do PSD e registou 10 votos contra do PS e ainda 1 abstenção do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Votamos agora a redacção para o nº 2 apresentada pelo Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam com a redacção do nº 2 apresentada pelo Partido Social Democrata façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Agora votaremos o nº 1 da redacção final, para o qual não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 18º.

Secretário: Artigo 18º.

(Foi lido)

Presidente: Não há propostas de alteração, de forma que vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este artigo façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 19º.

Secretário: Artigo 19º.

(Foi lido)

Presidente: Para este artigo o Partido Social Democrata apresenta a seguinte proposta de alteração:

"Artigo 19º.
(Transportes)

1. .....
2. .....
   a) .....
   b) .....
3. **No final de cada semana de trabalhos da Assembleia, quer** em plenário, **quer** em comissões, os deputados têm ainda o direito a transporte, nos termos dos números anteriores, para se deslocarem à sua residência, dentro da Região, e dela regressarem.
4. .....
5. .....
6. .....
7. .....
8. (eliminação)"

O Partido Socialista assume as seguintes propostas de alteração apresentadas pela Comissão:

"5. Os deputados têm também direito .... artigo 25º.

5-A. Os deputados têm ainda direito a transporte aéreo, uma só vez em cada sessão legislativa, entre os Açores e qualquer outra parcela do território nacional.

6. O previsto nos nºs. 5 e 5-A do presente artigo será exercido após comunicação à Mesa das condições em que se verificarão as deslocações."

Para além desta assunção, o Partido Socialista apresenta também propostas de alteração para os nºs. 5 e 8, que são do seguinte teor:

"5. Os deputados têm ainda direito ao transporte entre a sua residência e as Ilhas da Região para os fins previstos no nº 1 do artigo 25º.

8. Os deputados, com prévia comunicação à Mesa da Assembleia, feita pelo respectivo Grupo Parlamentar, ou partido não constituído em grupo, podem requerer passagem aérea uma só vez em cada sessão legislativa, entre os Açores e a Madeira ou o território do Continente Português."

Estão à discussão estas propostas.

Não havendo intervenções, vamos votar. Votaremos primeiro a proposta de eliminação apresentada pelo Partido Social Democrata para o nº 8.

Os Srs. Deputados que concordam com a eliminação do nº 8 façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve também se pode sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 19 votos a favor do PSD e registou 9 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 abstenção do CDS.

Presidente: Votaremos agora a proposta de redacção apresentada pelo Partido Social Democrata para o nº 3.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de redacção para o nº 3 façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 19 votos do PSD, 8 do PS, 1 do CDS e 1 do PCP a favor, registando 1 voto contra do PS.

Presidente: Agora votaremos a proposta de redacção para o nº 5 apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam com esta redacção para o nº 5 apresentada pelo Partido Socialista façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registando 10 votos do PS, 1 do CDS e 1 do PCP a favor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para uma declaração de voto.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Votei a favor desta proposta do meu Grupo Parlamentar por entender relevante a liberalização completa da possibilidade dos Srs. Deputados se deslocarem entre ilhas por virtude do seu mandato, possibilidade essa que considero, sem dúvida, muito mais relevante do que passar os fins de semana em casa.

Presidente: Srs. Deputados, vamos agora votar a proposta de redacção apresentada pela Comissão para este mesmo nº 5, que é assumida pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Agora votaremos a proposta apresentada pela Comissão, e assumida pelo Partido Socialista, para um nº 5-A.

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Parece haver alguma confusão em relação a números, que conviria talvez esclarecer.

O Sr. Presidente referiu-se a uma proposta nossa em relação a um nº 5-A.

Presidente: É a proposta da Comissão que os senhores assumiram.

O Orador: O que se passa efectivamente é que o conteúdo deste nº 5-A está no nº 8, em relação ao qual nós temos uma proposta de alteração.

Presidente: Mas o nº 8 foi eliminado por uma proposta do Partido Social Democrata.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Então, deverá considerar-se eliminado também esse nº 5-A.

Presidente: Sim senhor. É o mesmo assunto, se bem que com outra redacção. Assim sendo, não temos que votar o nº 5-A, pois o mesmo está prejudicado por votação anterior.

De forma que temos então agora que votar os nºs. 1, 2, 4, 6 e 7.

Os Srs. Deputados que concordam com estes números façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Os nºs. 1, 2, 4, 6 e 7 foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como não tivemos oportunidade de manifestar a nossa posição relativamente ao nº 5-A, em termos de declaração de voto final, diria que tínhamos intenção de votar contra esse mesmo número, porque entendemos que é mais útil ir a casa nos fins de semana do que ir uma vez por ano de passeio ao continente.

Deputado Manuel Serpa (PS): De passeio não! É conforme a consciência das pessoas!

Presidente: Srs. Deputados, estamos a atingir a hora regimental.

Assim sendo, vamos interromper os nossos trabalhos. Recomeçaremos amanhã à hora regimental - 15.00 horas -, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Continuação da apreciação do Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre "Estatuto dos Deputados".

2. Conta de Gerência da A.R.A. do ano de 1986.

3. Pedido de autorização para o Sr. Deputado Jorge do Nascimento Cabral poder ser ouvido em Tribunal, na qualidade de denunciado.

4. Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Criação do Gabinete de Gestão Financeira do Emprego".

5. Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Regime Jurídico do Pessoal não Docente dos Estabelecimentos de Ensino não Superior".

6. Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Regime Jurídico da Actividade das Agências de Viagens e Turismo".

7. Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Aluguer de Veículos Automóveis sem Condutor".

8. Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Licenciamento Industrial".

9. Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Marcas Colectivas de Origem".

10. Proposta de Resolução apresenta pelo Sr. Deputado Jorge do Nascimento Cabral, a qual visa recomendar ao Governo Regional dos Açores a distribuição pelas Escolas dos Ensinos Preparatório, Secundário e Universitário, dos elementos àcerca das novas teses e factos da História dos Descobrimentos em geral e dos Descobrimentos Portugueses em especial.

Muito boa noite.

(Eram 20.00 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: **PSD** - Cinelândia Sousa; **PS** - Carlos César).

(Deputados que faltaram à Sessão: **PSD** - Álvaro Monjardino, Madruga da Costa, Manuel Ávila,

Mário Castro, Manuel Valadão; **PS** - Manuel Goulart, Raimundo Mesquita; **CDS** - Alvarino Pinheiro).

O Redactor de 2ª Classe: José Maria Dutra da Silva.